

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

FERNANDO LUIZ MORAIS FURTADO

A CONSTRUÇÃO DE UM DOMÍNIO PEDETISTA EM SÃO LUIS:
Representações durante a década de 1980.

São Luís

2009

FERNANDO LUIZ MORAIS FURTADO

A CONSTRUÇÃO DE UM DOMÍNIO PEDETISTA EM SÃO LUIS:

Representações durante a década de 1980.

Monografia apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de graduação no Curso de História Licenciatura Plena da Universidade Estadual do Maranhão

Orientador: Prof.º Ms. Fabio Henrique Monteiro Silva

São Luís

2009

Furtado, Fernando Luiz Morais

A construção de um domínio político pedetista em São Luis: representação durante a década de 1980 / Fernando Luiz Morais Furtado. - São Luis, 2009.

88 fls.

Monografia (Graduação) - Curso de Historia, Universidade Estadual do Maranhão, 2009.

Orientador: Prof. Msc. Fabio Henrique Monteiro Silva

A CONSTRUÇÃO DE UM DOMÍNIO PEDETISTA EM SÃO LUIS:

Representações durante a década de 1980.

Monografia apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de graduação no Curso de História Licenciatura Plena da Universidade Estadual do Maranhão

Orientador: Prof.º Ms. Fabio Henrique Monteiro Silva

Aprovada em: ___/___/___ .

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Ms. Fabio Henrique Monteiro Silva
(Orientador)

1º Examinador (a)

2º Examinador (a)

Esta Monografia é dedicada aos meus amigos de curso, aos meus pais, Fernando Luiz Ribeiro Furtado e Guaracy de Jesus Morais, por sua ajuda material e pressão; Gimena e Luana, irmãs; aos tios e tias; primos e primas; mas principalmente ao meu tio – padrinho Zeca Morais, o grande conselheiro, apoiador material e incentivador deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus da minha religião e de todas as outras por nos dar força para prosseguir nos caminhos tortuosos da vida, não deixando de pedir proteção por todo o resto dela.

A todos os amigos feitos durante o curso, mas também os de Biologia, Veterinária e outros. Mas especialmente à Daisy, Clenilson, Roberta, Arlyndiane, Paulo Roberto, Anne Caroline Galvão, Artêmio, Mariana, Maria de Nazaré, Jorge Luís, Marco Aurélio, Paulo Cesar, Carol, Flávia, e os vários outros de uma grande família “uemiana”, mas gostaria principalmente de agradecer à Renata, pessoa especial que entrou na minha vida. Aos inimigos por serem como são.

Ao ótimo corpo docente do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão pelo crédito conferido aos futuros historiadores e professores formados por essa Instituição. A Marivânia Furtado, por ser uma grande professora, orientadora e pesquisadora que nos abriu o olhar para novas formas de compreender o mundo, de forma muito mais crítica e racional (e isso pode?).

Ao professor e orientador Fábio Monteiro por seu amplo conhecimento sobre Política e análise do discurso que serviu para consolidar todo esse trabalho. Além, das providências realizadas para o desenvolvimento e consolidação deste projeto.

Agradeço também aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral pela ajuda nas pesquisas nos arquivos do TRE. Aos funcionários e estagiários da Biblioteca Pública “Benedito Leite” e a todos aqueles que de alguma forma ajudaram na elaboração e finalização deste trabalho.

Aos integrantes da jovem pedetista pela ajuda nas pesquisas internas e ao Deputado Federal Julião Amin pela entrevista cedida.

Mas principalmente não posso deixar de agradecer aos meus familiares, irmãs, pais, mas, sobretudo, ao meu tio José de Ribamar (tio Zeca) e a tia Fátima, o primeiro pelo apoio financeiro e pelos conselhos dados durante boa parte da minha vida não acadêmica e a segunda pelo apoio dado durante todo o período acadêmico.

*“A ciência é somente um ideal. A de hoje
corrige a de ontem; e a de amanhã corrige a de hoje.”*

(Gasset)

RESUMO

Este estudo aborda a conjuntura política de São Luis na década de 1980 e suas representações levando em consideração o político Jackson Kepler Lago e o Partido Democrático Trabalhista, PDT. Eles conseguiram através de um discurso que se aproxima do viés “rebelde” da Ilha criar um campo político para as idéias do PDT se propagar em São Luis por meio da mídia ganhando apoio e participação de várias pessoas que passaram a integrar o quadro político do partido e que vem perdurando na política municipal já por mais de 15 anos.

Palavras – chave: Política. São Luis. Discurso. Representação. Poder. Partido.

ABSTRACT

This study is about the political conjuncture of San Luis in the 1980s and their representations taking into account the political Jackson Kepler Lago and the Partido Democrático Trabalhista, PDT. They succeeded through of a speech that approximates the *viés* "rebel" of the island to create a field for the political ideas of PDT in São Luís through the media gaining support and participation of several people who came to join the political scenario of political party and coming last in the municipal politics for 15 years.

Key Words: Politics. São Luis. Speech. Representation. Power. Party.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A FUNDAÇÃO DO PEDETISMO EM SÃO LUIS.....	21
1.1 As lutas pela Abertura política: O “Trabalhismo” ressurgiu nacionalmente....	21
1.2 O manifesto “Pedetista”: Fundamentação política do partido.....	26
1.3 A Fundação “Pedetista”: A “Democracia” e o “Trabalhismo” chegam a São Luís.....	29
1.4 A Carta de Mendes: O repúdio ao Regime Militar; inicia-se o ataque final....	34
2. AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA SÃO LUIS PÓS-DITADURA.....	38
2.1 Os primeiros anos de 80: Abertura política e as liberdades sociais.....	38
2.2 As decisões internas para 1985: Quem será o candidato?.....	41
2.3 Eleições de novembro: A Democracia a favor do “Pedetismo”.....	43
3. A SEDE DE PODER E A VONTADE DE FAZER: A VITÓRIA “LAGUISTA” EM 88.....	55
3.1 O Brasil e o Maranhão pós 85.....	55
3.2 Lutas internas ou nome certo? Lago na cabeça.....	58
3.3 A Campanha de 88: representações sobre o pleito.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
BIBLIOGRAFIA.....	76
ANEXOS.....	79

INTRODUÇÃO

Esta temática foi proposta em virtude de ainda não haver um trabalho que analise a conjuntura política de São Luís a partir da figura do médico e político Jackson Kepler Lago e da sua importância na construção do Partido Democrático Trabalhista no Maranhão. Este conseguiu apropriando-se da simbologia criada em torno da alcunha de “ilha rebelde”, dada à cidade de São Luís e forjada em meio ao cenário político conturbado dos anos 50, criar um campo político para as “ideologias” do PDT ganhando, com isso, o apoio e participação de várias pessoas que passariam então a integrar o quadro político do partido, o que já vem perdurando na política municipal já por cerca de 20 anos.

De acordo com algumas pesquisas em jornais da década de 80 é possível já determinar uma participação considerável deste personagem combatendo a Ditadura Militar em amplo “*acordo ideológico*” com os principais líderes “Pedetistas”, em especial o líder sulista Leonel Brizola. Esses passos foram determinantes para a consolidação de uma liderança local. Liderança essa que se consolidaria de vez nas primeiras eleições municipais após o fim da ditadura militar no Brasil e que foram vencidas através de uma coligação abrangente, baseada num discurso de esquerda.

Este trabalho, que tem como recorte cronológico a década de 80, período na qual esses primeiros membros vão se preocupar em construir um discurso propício a levá-los ao poder municipal de São Luís, foi escolhido em virtude de ser o período em que Jackson Lago inicia e consolida as bases do que podemos conceituar de um “domínio político” e que, além de fortalecê-lo na ilha, expande-se por diversas cidades do interior, até atingir a totalidade do estado.

Porém o que de fato me instigou a pesquisar sobre esse tema foi a semelhança existente entre esse “domínio político” e o conceito de “Oligarquia” já tradicionalmente utilizado ao se tratar do tipo de domínio desenvolvido na esfera do poder estadual pelos políticos ligados ao Senador José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, mais conhecido como José Sarney, não da mesma forma parental como essa ocorre, mas, sobretudo, em uma “Oligarquia Pedetista”, que não é familiar mas partidária, liderada pelo político Jackson Lago. Estes foram os pontos que mais chamaram a atenção para esta pesquisa e que serão abordados ao longo do trabalho.

O interesse em trabalhar as questões que envolvem as tramas do “poder” político em São Luís no período dos anos 80 surgiu na medida em que notei a importância de se fazer uma análise representativa dos aspectos políticos locais, uma vez que em mim surgiu a dúvida quanto ao fato de ser ou não o “Grupo Lago” uma “Oligarquia” e em caso afirmativo, como se deu essa construção. Do contrário, sendo este apenas um domínio político, este se daria por várias negociações partidárias? Outro ponto interessante seria o de como uma ilha que se autodenomina “Ilha Rebelde” ou “Ilha indomável” aceita esse tipo de política, na medida em que crítica a “Oligarquia Sarney” no Maranhão.

Além disso, é importante perceber como a sociedade ludovicense assimilou o “discurso” de esquerda utilizado pelo partido pedetista, “discurso” este que acabou se perpetuando por duas décadas e representado por um único grupo partidário liderado por Jackson Lago. Tentando mostrar os “benéficos” e “malefícios” que surgiram nesse período para a população de São Luís é possível ver até que ponto a política desse grupo está formando um complexo ideológico, econômico e social que consiga reproduzir suas formas de poder na capital.

Esse é um tema que já vem me chamando atenção há algum tempo e dado a sua patente contemporaneidade, alguns pesquisadores podem-no considerar demasiadamente complexo e delicado por se enquadrar na temática denominada de História do Tempo Presente. Além disso, a própria questão de não haver trabalhos que abordem qualquer estudo sobre a política pedetista em São Luís, o papel do seu expoente local Jackson Lago na constituição de políticas para a cidade ou na formação de uniões políticas para se perpetuar no poder municipal por mais de uma década, tornam sua análise ainda mais problemática e requerem um maior cuidado no estudo de suas categorias constitutivas.

É preciso, com isso, um exame da importância que o sobrenome “Lago” vem ganhando nas últimas décadas em São Luís e, por conseguinte no Estado do Maranhão. Influenciando sobremaneira na Política local e regional, conseguindo através de um discurso de esquerda “domar” a chamada “Ilha Rebelde” e comandar a política da maior cidade do estado, apoiada em uma política de saúde, educação, transporte e participação popular.

Devido a tudo isso, este tema ficou delimitado aos anos pós-ditadura militar, considerados pontos iniciais dessa vertente política local. No que diz respeito à sua ascensão ao governo municipal e a arrancada rumo ao maior anseio político apresentado pelo grupo, justamente a chegada ao Governo Estadual. Abordando para isso, apenas o

período da chegada ao poder frente à Prefeitura Municipal de São Luís, implantando um novo modelo de política na Ilha, fortalecido com o advento de forte propaganda nos meios de comunicação, Rádio, TV e Jornais Impressos acerca de seus feitos enquanto governo.

Entre os diversos autores que abordam o tema da política desenvolvida no Estado do Maranhão, o Professor Wagner Cabral da Costa defende muito mais a participação dos jornais locais no processo de tentativa de ruptura com o modelo antigo, consolidação do novo estilo e manutenção desses “Novos tempos” na política Maranhense. Já o Professor Alan Kardec Pachêco Filho defende a expansão dessa tese, apoiado também na idéia de que a história do político José Sarney foi em grande medida baseada na publicidade das imagens que construiu. Outro autor utilizado aqui é Raymundo Faoro para quem a história política Brasileira foi construída, desde o período colonial, através da influência da Coroa portuguesa e, ao longo do tempo, ganhou particularidades locais, no que diz respeito ao Nordeste Brasileiro, ao sudeste ou a qualquer localidade do Brasil. Muitos com grande “influência midiática” outros apenas com o apoio das forças armadas, golpes de Estado, entre tantas outras formas de se chegar ao poder e de se manter nele.

Assim tentarei demonstrar, através das representações dos discursos em jornais, a construção do político Jackson Kepler Lago e do PDT (Partido Democrático Trabalhista) em São Luís. É a partir da criação do partido e de sua participação nas eleições, utilizando para isso um discurso de esquerda, que se entende a construção de uma espécie de “domínio político municipal”, apoiado na publicidade em massa dos feitos políticos de seu líder enquanto “opositor” do Regime, além daqueles realizados enquanto Secretário de Saúde, principalmente sobre áreas consideradas fundamentais como saúde e infraestrutura.

Primeiramente é necessário avaliar os conceitos de “política” e de “ilha rebelde”. Quando falamos de política logo lembramos da obra do filósofo clássico Aristóteles: Política, pois nessa obra consegue separar ética de política através de seu rigor metodológico. Para Aristóteles, “a natureza do indivíduo humano só é realizável pela comunidade social e política. O indivíduo isolado torna-se insociável e apolítico, comportando-se como um Deus ou uma Besta.” (ARISTÓTELES, 2006, p. 16).

Aristóteles propõe que os homens não conseguem viver fora de uma sociedade organizada e que por isso precisam se tornar seres político, mas autores mais contemporâneos negam esse pensamento de ser o homem um animal político (*Zoon politikon*), por exemplo, para Hannah Arendt:

“[...] é como se no homem houvesse algo político que pertencesse a sua essência – conceito que não procede; o homem é apolítico. A política surge no entre-os-homens; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espço e se estabelece como relação.” (ARENDR, 2002, p. 23).

Mas ainda não definimos o que é a política. René Rémond em “Por uma História Política”, propõe que seja uma das mais altas expressões da identidade coletiva, assim definindo: “Um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma como seus outros comportamentos políticos.” (REMON,2003, p. 15)

Contudo, alguns juristas importantes da atualidade definem política como algo diferente, é “a ciência de bem governar um povo, constituído em Estado [...] corpo de doutrinas indispensáveis à realização de um governo, tanto mais perfeito, ao cumprimento de suas precípua finalidades, em melhor proveito dos governantes e governados.” (SILVA, 1998, p. 617).

Este conceito de política pressupõe que na política as relações conflitantes não ultrapassem as discussões políticas, pois quando essa barreira é ultrapassada começamos a entrar na área da politicagem, coisa muito praticada em vários países, e em estados e municípios brasileiros. É basicamente:

“[...] indicada para determinar toda ação política de certas pessoas ou de certos grupos, que se desenvolve ou se funda na prática de manejos indecentes, cavilosos e desonestos, na preocupação de conseguirem postos de mando para seus chefes ou apaniguados, de onde se locupletem ilicitamente com os dinheiros ou favores públicos.” (SILVA, 1998, p. 617).

Mas a política se faz, como já foi dito, por forças antagônicas criadas por ideologias antagônicas e por relações de força que indicarão quem de fato tem mais ou menos “poder”, já que o poder não é um ser, mas uma relação, ou melhor, um conjunto de relações, por meio das quais indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros seus semelhantes:

“A política baseia-se na pluralidade dos homens[...] A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças.” (ARENDR, 2002, p.22).

Essas forças antagônicas deveriam estar equilibradas, porém sabemos que nem sempre se pode presenciar tal estabilidade. A força física acaba se transformando em mera coerção – e, portanto, em violência – toda vez que visa o constrangimento de indivíduos ou grupos que passam a agir de forma diferente do que é sua própria intenção. Mas o que de fato nos interessa nesse trabalho são as formas de forças psíquicas e morais que se convertem em persuasão perversa quando por meio da ideologia. Grupos dominados são levados a pensar, sentir e querer o que interessa ao grupo dominante, a fim de serem mantidos privilégios de quem esteja no poder. Pois é certo que ainda existem políticos, partidos ou facções principalmente à esquerda no espectro político, que se consideram “puros”, e nisso acreditam piamente. Eles se consideram proprietários não apenas da verdade, mas também da ética. Nesse ponto as palavras de Max Weber soam tão atuais quanto severas:

“A nenhuma ética se permite ignorar o seguinte ponto: com a finalidade de alcançar metas “boas”, vemo-nos freqüentemente, compelidos a recorrer, de um lado, a meios desonestos ou, pelo menos perigosos e compelidos, de outro, a contar com a possibilidade de conseqüências desagradáveis. Nenhuma ética pode dizer-nos em que momento e em que medida um objeto moralmente bom justifica os meios e as conseqüências moralmente perigosos”. (WEBER, 2004. p. 115).

Estas forças psíquicas e morais fizeram com que o grupo político ligado ao PDT buscasse elementos dentro da sociedade Ludovicense, que servissem para atender aos interesses do partido em seu anseio de chegar ao poder municipal, pela maneira mais rápida. Entre esses elementos encontra-se a idéia de “Ilha Rebelde”, que surge para designar uma sociedade que não aceita todas as designações de seus líderes políticos, sempre se colocando contra as determinações que atrapalham a vida social.

Esse e outros elementos forjaram o discurso do partido e conseguiram fazer com que boa parte da população pensa-se e agisse de acordo com a ideologia defendida pelo PDT no Maranhão. Assim foi que o grupo chegou ao poder municipal no final da década de 1980.

O conceito de “Ilha Rebelde” surgiu após a greve de 1951 em seus dois momentos-chave: fevereiro/março e setembro/outubro, com a decisão do TSE. Segundo José de Ribamar Chaves Caldeira a alcunha de “Ilha Rebelde” (ou “Ilha Indomável”) surgiu dado à magnitude e riqueza das manifestações e também da mobilização da população Ludovicense. “[...] foi assim uma manifestação violenta da população de São

Luis contra os excessos da corrupção eleitoral, então ostensivamente praticada no Estado.” (CALDEIRA, 1976, p. 37-68)

O mesmo é defendido pelo professor Paulo Rios, de uma forma um pouco diferente. Para ele a greve foi “a maior manifestação, jamais vista, da população de São Luis, com reflexos em alguns municípios do interior, contando com a participação de vários setores da sociedade, desde trabalhadores, segmentos da classe média, estudantes, políticos, até inúmeros empresários ligados à Associação Comercial do Maranhão, que praticamente cindiu-se ao meio por conta Movimento”. (RIBEIRO, 1997, p. 33).

Essa visão de que a Ilha de São Luis tornou-se a “Ilha Rebelde” deve-se ao fato de que os movimentos populares ocorridos em 1951 e que buscavam maior “lisura” nas eleições e o respeito à vontade do povo, tomaram proporções impensáveis para a época, uma vez que levaram a população à acessos de vandalismo, chegando mesmo a incendiar diversos prédios públicos (inclusive o prédio do TRE no Maranhão) e a enfrentar a Polícia Militar em várias manifestações nas ruas de São Luis.

Esse período de conturbado cenário político, que ainda prevalece durante a ditadura militar, acaba sendo combatido por vários partidos e por personalidades que estavam lutando, tanto no exílio como na ilegalidade. Na carta de Lisboa e na carta de Mendes, escritas durante a ditadura entre os anos de 1979 e em 1983, várias autoridades e estudantes, que estavam no exílio – incluindo o líder dos “trabalhistas”, Leonel Brizola – acabaram se envolvendo na luta pela democracia. Além disso, alguns “Trabalhistas” e outras personalidades políticas pós abertura – como Jackson Lago (então deputado pelo MDB) e Neiva Moreira – se aproximaram das ideologias de esquerda e propuseram o uso de seus elementos, inseridos em seus discursos políticos, na caminhada rumo ao executivo municipal.

Outra questão envolve não só o uso e apropriação de certos conceitos coletivos como este da “Ilha Rebelde”, mas a forma como estes conceitos foram apropriados pelos partidos políticos para propiciar sua chegada ao poder, seguindo os modelos ideológicos que a sociedade idealiza para suas lideranças.

É importante primeiramente sabermos que os partidos políticos podem emergir de várias formas, mas para permanecer no poder, segundo Rémond:

“[...] um partido não nasce fortuitamente, da decisão de seus criadores, e só tem chance de sobreviver se responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea, e que faz com que haja

adequação entre a imagem que ele transmite de si mesmo e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita, como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política que ele lhe propõe.” (REMON, 2003, p. 67 e 68)

Exatamente no ponto de responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea, que o Partido político PDT (Partido Democrático Trabalhista) apropriou-se do discurso de “Ilha Rebelde”, surgido durante a Greve de 1951 e o “resignificou” para atender a seus interesses e chegar ao poder municipal.

Assim, a sociedade Ludovicense acabou sendo “seduzida” pelo discurso do PDT, já que a sociedade estava cansada dos elementos de extrema direita e de seus líderes locais que souberam permanecer no poder municipal por um longo período:

“[...] torna-se depositário de uma cultura política com a qual comungam seus membros e que dá origem a uma tradição, muitas vezes transmitida através das gerações. Dota-se de uma rede de representantes eleitos, da comuna ao parlamento, que criam situações sólidas, constituem clientelas e asseguram sua comum perenidade graças a uma solidariedade obrigada e fecunda. Dispõe de uma imprensa (ou, em nossa época, de outros meios de informação) que lhe permite introduzir aos poucos na opinião pública as idéias que defendem e que, para determinada parcela de opinião, se tornam, se são duradouras, verdades estabelecidas.” (REMON, 2003, p. 69)

Mas a quem realmente o partido obedece? Será sempre como resposta aos anseios dos grupos sociais? Não. Isso ocorre apenas num primeiro momento ou em ocasiões que o grupo político fica ameaçado de perder esse domínio. Nas outras ocasiões quem realmente manda no partido político – e conseqüentemente na política municipal – passa a ser o maior expoente do partido.

“[...] O que significa que o poder supostamente pertence ao conjunto de membros, que designam democraticamente seus chefes. Mas, paralelamente, a experiência mostra que a simples existência de um partido, com sua organização estruturada, secreta naturalmente uma oligarquia de dirigentes profissionais que se tornam praticamente inamovíveis, representam o partido aos olhos da opinião pública e parecem dirigi-lo sem restrições”. (REMON, 2003, p. 69)

Essa “Oligarquia” acaba constituindo:

“[...] uma casta dirigente que acabou identificando seus interesses próprios com os do partido, e para a qual a perenidade da organização, origem de seu poder, se confundia com a realização dos objetivos próprios da formação [...] o poder dentro

do partido político pertencerá então sempre à elite dirigente, e a existência de um partido mesmo que se o suponha democrático, é incompatível com a democracia”. (REMON, 2003, p. 69).

Um ponto no caso do PDT Ludovicense foi que esta elite partidária oligárquica acabou sendo controlada pela personalidade do político Jackson Kepler Lago, que era um grande expoente no diretório nacional do PDT juntamente com outras lideranças, como Leonel Brizola. Essa participação nas decisões que envolvem o Partido em âmbito nacional fez a figura de Jackson Lago se sobressair em relação aos outros líderes locais, fazendo do mesmo principal líder nas decisões partidárias.

Assim, o foco principal procura demonstrar como se deu a formação, ou seja, a “construção” do político Jackson Kepler Lago durante a década de 1980, na “Ilha Rebelde”, e as conseqüências para o fortalecimento de seu grupo político, tanto na ilha como na expansão de seu poder para o interior do Estado.

Apoiamo-nos no processo de utilização dos periódicos que foram utilizados pelo grupo, além das negociações entre as organizações políticas que o auxiliaram a alcançar o poder e que conseguiram, através dessas ferramentas, influenciar a mentalidade política da população com a idéia de um discurso social-democrata implantado pelo seus membros.

Além de analisar as representações da “Ilha Rebelde” durante a década de 80, com o advento de um novo “domínio” político que emergia num período de redemocratização do país, ou seja, descrever como a sociedade Ludovicense viu o político Jackson Lago para escolhê-lo como administrador público é possível objetivar que a sociedade local buscava um caminho a seguir, pois os fatos políticos que se deram após esse período ditatorial possibilitaram um rumo político para a Ilha que se aproximava do discurso esquerdista criado pelas coligações políticas que se apresentaram ao longo das eleições.

Também não podemos esquecer as referências ao discurso de que participam de todas as “práticas sociais”. É extremamente importante para este trabalho que o discurso seja definido e a melhor definição para este trabalho é a descrita por Michel Foucault em sua obra “A origem do Discurso”, em que defende que o discurso seja:

“percebido, sobretudo, como *acontecimento*, ou seja, enquanto algo que, mais do que mero reproduzidor de uma experiência vivida pelo narrador, constitui-se enquanto estratégia política de posicionamento deste dentro de embates sociais, o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é

sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito” (FOUCAULT, 2008, p. 57)

Assim, este trabalho trará – com os estudos e pesquisas – a delimitação de um melhor conceito para definir tanto o tempo de “poder” nas mãos de um único partido na capital maranhense, como demonstrar a importância do papel de Jackson Lago na constituição desse poder nas mãos do Partido Democrático Trabalhista, PDT.

Este trabalho foi baseado em periódicos, jornais de época, ou seja, do período das eleições municipais de São Luís de 1985 e 1988, em que Jackson Kepler Lago chegou à prefeitura, depois de vencer as eleições. Os jornais foram o “*Estado do Maranhão*” e o “*Jornal Pequeno*” que detêm discursos oposto no cenário político local e que influenciavam sobremaneira na construção de uma mentalidade e na opinião pública Ludovicense durante este período.

Como último passo, utilizei como fonte a entrevista realizada na sede do PDT com o Deputado Federal e Presidente do partido, Julião Amin que foi, em 1985, vice de Jackson Lago. Esse político teve um contato mais aproximado com essa nova tendência de “domínio político” em São Luís. Essa entrevista visa buscar uma visão de um elemento que viveu imerso num modelo político local e que assim consegue descrever com mais detalhes fatos ocorridos durante o pós-ditadura até a eleição do PDT nas eleições municipais de São Luís e que é o período proposto neste trabalho monográfico.

Esta pesquisa aqui apresentada aborda um período importante da política Ludovicense após o período de ditadura militar no Brasil, que não deve ser visto enquanto um trabalho apologista a qualquer personalidade, partido político ou entidades públicas ou privadas.

Dessa forma, é possível perceber que o conjunto de elementos que serão abordados ao longo dessa monografia tem uma grande relevância para a historiografia maranhense, apoiado que está nas escassas análises já feitas não somente desse fato, mas, sobretudo desse período histórico. A própria questão do uso dos discursos representativos que se aproximam dos anseios, ou seja, da vontade popular, é uma ocorrência que deve ser estudada a fundo. Se trata dos “jogos de poder” em que o “vencedor” ganha a possibilidade de decidir por toda uma sociedade, tudo que se refere à saúde, educação, segurança, trabalho e qualquer outra questão de interesse público.

Esse é o ponto em que os historiadores devem ter uma grande atenção, pois os políticos e partidos vem utilizando essa “faceta” de maneira muito mais recorrente que em

anos anteriores. O que me faz perceber que o domínio político de Jackson Kepler Lago durante a década de 1990 em São Luís aconteceu em virtude dessa “apropriação” de elementos da esquerda, como o discurso defendido pelo seu partido, o PDT. Além disso, o uso recorrente de “novos discursos” acabou criando as condições para a permanência do Partido Democrático Trabalhista na administração da capital maranhense por 20 anos.

No primeiro capítulo deste trabalho intitulado *A fundação do “Pedetismo” em São Luís*, procuro tratar da fundação do Partido Democrático Trabalhista no Maranhão e também em São Luís, começando pela idéias “*Trabalhistas*” reafirmadas por várias personalidades que queriam resgatar o PTB no cenário de abertura política, mas que por diversos motivos não ocorreu e, com isso, o PDT se transformou na melhor solução. É o período de afirmação dos partidos políticos no Brasil, que propunham o fim do Regime militar e de todos os entraves que estes representavam.

Já no segundo capítulo, chamado *As primeiras eleições diretas municipais para São Luís pós-ditadura*, vamos traçar como os jornais, através de seus textos e manchetes, representaram a campanha eleitoral para 1985 – as primeiras eleições diretas para prefeitos das capitais – procurando demonstrar como jornais de discursos oposto tratam a campanha, levando em consideração os avanços do PDT no cenário político ludovicense.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, *A Sede de Poder e a Vontade de Fazer: a vitória “Laguista” em 1988* vamos analisar a eleição de 1988 na qual o PDT chega à prefeitura de São Luís, utilizando o mesmo pensamento do segundo capítulo, sempre contrapondo os discursos do *Jornal Pequeno* e do *Estado do Maranhão*.

Além disso, faço um exame acerca da idéia de “*Ilha Rebelde*” através dessas representações tanto nas eleições de 1985 como na de 1988, pois procuro demonstrar o uso recorrente desse artifício pelos partidos de esquerda na década de 80.

Por fim, apresento alguns argumentos que demonstram o uso indiscriminado dessas representações de oposição por partidos de tendências esquerdistas, que se propõem “*salvadores*” e “*transformadores*” de toda a sociedade ludovicense e delimitar como a sociedade se comportou durante essas eleições.

1. A FUNDAÇÃO DO PEDETISMO EM SÃO LUIS

1. 1. As lutas pela abertura política: O Trabalhismo ressurge nacionalmente.

A pressão popular sob o regime militar fez surgir um maior acirramento entre as lideranças locais pelos espaços de poder, ou seja, os locais aonde os grupos políticos se enfrentam ou colocam em choque suas idéias e concepções. Isso serviu para formular e organizar seus grupos de militantes partidários em prol de uma causa comum, ocorrendo em São Luís no início da década de 1980. Uma influência marcante para o ressurgimento de alguns partidos de esquerda ou o próprio aparecimento de novos partidos em São Luis foi a greve estudantil de 1979, como também, as próprias discussões que existiam entre os vários segmentos políticos brasileiros abrangendo também as principalmente lideranças exiladas.

Várias lideranças políticas nacionais que estavam no exílio começaram a perceber que a Ditadura militar, ou como alguns preferem “Revolução de 64”¹, estava começando a se enfraquecer frente aos movimentos populares, que buscavam se não uma abertura política completa, mas pelo menos a abertura progressiva que pudesse atender aos interesses da sociedade civil organizada. Durante este Período, o então médico Jackson Kepler Lago, já eleito pelo MDB, para a Assembléia Legislativa Estadual, ocupando o cargo de deputado estadual, chegou até mesmo a liderar a sua pequena bancada, tentando implementar mudanças na política estadual. Porém, suas dissidências o colocaram contra o poder militar do Estado, neste momento, opta por sair do MDB e “passar uma temporada” em Portugal, quando entra em contato com os “Trabalhistas”.

Assim, definido pela jornalista Eyder Paes, como um idealista, acaba optando por seguir este grupo, juntamente com Neiva Moreira e liderados por Leonel Brizola. Enquanto isso, os movimentos populares no Brasil se proliferavam, não diferentes no cenário ludovicense na qual, as lideranças, os estudantes e grande parte da sociedade civil organizada aumentavam suas reivindicações

¹ Alguns autores preferem esta definição por se tratar de um acontecimento que alterou drasticamente a vida política e social do País. Entre estes autores podemos destacar o ponto de vista do professor Alan Kardec Gomes Pachêco Filho, em sua dissertação de Mestrado, intitulada: “A construção midiática do político José Sarney: 1962-1970”. Assim, diz: “No ano de 1964, os militares, as elites, alguns partidos políticos brasileiros e boa parte da sociedade civil, aliaram-se e apoiaram o rompimento da ordem constitucional. O golpe militar de 64 faria o Brasil mergulhar, por vinte e um anos, no mais profundo obscurantismo político.”

“Convém destacar, inicialmente, os esforços de segmentos específicos da sociedade civil em torno de reivindicações que refletiam as dificuldades do período, ao passo que demarcavam ainda o maior engajamento e envolvimento de tais segmentos, possibilitando uma participação ativa na vida política da cidade.” (MACHADO, 2009, p. 20)

É um período em que as lideranças locais (exiladas ou não) começam a organizar meios de aos poucos “minar” o poder do “Regime de exceção” que comandava direta ou indiretamente as decisões de interesse da sociedade.

Assim, ainda em 1979, um grupo de lideranças políticas, lideradas por Leonel Brizola, intelectuais entre outras personalidades, intitulados de “Trabalhistas” que estavam no exílio em Portugal e que acompanhados dos “Trabalhistas” do Brasil (não exilados), começaram a organizar de fora do Brasil alguns movimentos de contestação e de reivindicação de maior participação política no Brasil. Almejando, uma abertura do regime militar, além da reformulação de um partido trabalhista para “proteger” os “interesses” do povo brasileiro. “Pois, para que nasça um partido é necessário além disso que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência da opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo.” (REMOND, 2003, p. 67)

Esse movimento então reunido em Portugal tomou algumas decisões que ficaram explícitas na Carta de Lisboa, escrita em 17 de Junho de 1979. Começando seu texto da seguinte forma:

“Reconhecendo que é urgente a tarefa de libertação do nosso povo, nós, brasileiros que optamos por uma solução trabalhista, nos encontramos em Lisboa. E se o fizemos fora do País, é porque o exílio arbitrário e desumano impediu este Encontro o lugar mais adequado: a Pátria brasileira. A tarefa de organizar com nosso povo um Partido verdadeiramente nacional, popular e democrático é cada vez mais premente. Não desconhecemos as permanentes tentativas das forças autoritárias de esmagar os movimentos dos trabalhadores. Mas o repositório de coragem e dignidade dos trabalhadores faz com que eles não se dobrem nem se iludam. E com eles estamos nós, Trabalhistas.” (Carta de Lisboa, 17 de Junho de 1979)

Desse encontro a principal idéia entre os “Trabalhistas”, não era somente defender os interesses nacionais ou dos trabalhadores, mas, sobretudo, a organização de um Partido pela qual eles pudessem lutar pelos espaços de poder nos cenários nacional, estadual e municipais. Entre estes “Trabalhistas” se destacavam Carlos Minc Baumfeld (atual ministro do Meio ambiente), Darcy Ribeiro, Francisco Dal Pra, Herbert de Souza, Leonel

Brizola, José Guimarães Neiva Moreira e Jackson Kepler Lago, dentre muitos outros que se intitulavam trabalhistas. Estes dois últimos, a saber, eram lideranças políticas maranhenses.

Era claro entre os “Trabalhistas” que o povo deveria se organizar, em todas as formas possíveis (sindicatos, associações, comunidades, movimentos, organizações profissionais, etc.), buscando alcançar o objetivo de lutar por seus direitos, pela Democracia, lutando não somente contra o regime, mas contra toda e quaisquer forma de transgressão desses direitos. Porém, os mesmos “Trabalhistas” consideravam a necessidade de um Partido que pudesse defender esses direitos no campo político e para os “Trabalhistas” o partido que melhor defenderia esse objetivo seria o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB.

Buscando reformular as idéias populistas de Getúlio Vargas adequando-as para as especificidades do momento e defendendo-as para trazer para o lado do partido todo o grupo da sociedade que foi atendido pelas políticas getulistas assistencialistas e populistas. Nessa conjuntura os “Trabalhistas” reunidos em Portugal decidiram:

“Analisando a conjuntura brasileira, concluimos pela necessidade de assumirmos a responsabilidade que exige o momento histórico e de convocarmos as forças comprometidas com os interesses dos oprimidos, dos marginalizados, de todos os trabalhadores brasileiros, para que nos somemos na tarefa da construção de um Partido Popular, Nacional e Democrático, o nosso PTB. Tarefa que não se improvisa, que não se impõe por decisão de minorias, mas que nasce do encontro do povo organizado com a iniciativa dos líderes identificados com a causa popular.” (Carta de Lisboa, 17 de junho de 1979)

Essa escolha foi fácil, pois a sigla Partidária PTB carrega em si, a própria história política brasileira, de direitos criados por líderes populistas (não somente Getúlio Vargas, mas o próprio Juscelino Kubitschek e João Goulart) que atendessem os anseios de trabalhadores de todo o Brasil. É claro, que a Carta de Lisboa significou para este grupo um passo importante para reestruturação de um Partido trabalhista no Brasil. Para a autora Rachel Meneguello era esse o caminho seguido pela grande maioria dos partidos políticos brasileiros na década de 80, pois “na história política do país, desde 1889, a quase totalidade das organizações partidárias é caracterizada por um perfil organizacional frágil e não traduz experimentos de interesses articulados, com forte enraizamento social.” (MENEGUELLO, 1998, p. 30)

Completando ainda da seguinte forma:

“[...] Os partidos, quanto à organização e ao comportamento, variam segundo circunstâncias políticas definidas. Esta flexibilidade aplicada ao estudo do desenvolvimento partidário altera dois fortes postulados das teorias partidárias consideradas clássicas, quais sejam, a concepção dos partidos como atores unitários e a concepção da ação partidária como um aspecto invariante no espaço unidimensional entre a esquerda e a direita.” (BUDGE e KERNAN apud MENEGUELLO, 1998, p. 34)

Assim, a reestruturação do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, possibilitava para estes “líderes” que todos os trabalhadores pudessem se organizar em prol dos seus direitos, mas, sobretudo no que diz respeito à luta pela abertura política no país. Isso acaba ficando claro na própria Carta de Lisboa, quando os “Trabalhistas” se utilizando da idéia de estar ao lado dos trabalhadores e do povo brasileiro descrevem

“A proposta do novo Partido Trabalhista a ser discutida pelo nosso povo e formulada em território brasileiro, despida de soluções importadas, tem que levar em conta a necessidade de criar um partido que expresse os anseios e seja dirigido pelas classes populares. A nova proposta começa com a repulsa àqueles que vêm no ressurgimento do PTB uma sigla de fácil curso eleitoral. A nossa proposta tem um sentido claro de opção pelos oprimidos e marginalizados. Neste particular e dentro de um horizonte que não é absolutamente cristão, mas marcado por um capitalismo impiedoso, impõe-se nossa defesa constante dos pobres contra os ricos, ao lado dos oprimidos contra os poderosos. Na luta a favor da justiça contra a opressão se insere a questão da atual ideologia de segurança nacional, que tem servido para justificar as violações dos direitos humanos. Tal doutrina gerou no País a mais completa insegurança para os cidadãos comuns, ensejando a expansão da brutalidade, da denúncia e da tortura, tanto contra os presos políticos, como contra as lideranças sindicais e sobretudo, com incidência cruel sobre as camadas mais pobres da população.” (Carta de Lisboa, 17 de junho de 1979)

Essa idéia que se quer passar que os “Trabalhistas” estão ao lado dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira, assim como a de “libertação” de toda a “nação” se encaixa na idéia de uma luta por “espaços de Poder”². Pois, “em épocas de acentuada crise política se intensifica o processo de elaboração de representações sociais, símbolos e idéias-imagens (idéés-imagens) por parte dos diferentes grupos em conflito, disputando a legitimidade do exercício do poder político.” (COSTA, 2006, p. 85)

Mas a Carta não termina neste ponto, há ainda de se dizer:

² Termo encontrado em “Microfísica do Poder” de Michael Foucault para designar que em todas as sociedades existe espaços de poder que são sempre almejados pelos grupos em conflito através de suas representações servindo para configurar grupos políticos e seus interesses.

“Porque damos importância central ao nosso povo como sujeito e criador do seu próprio futuro, sublinhamos o caráter coletivo, comunitário e não individualista da visão Trabalhista.” (Carta de Lisboa, 17 de junho de 1979)

Este encontro foi o primeiro passo originado pelos “Trabalhistas” que culminaria na criação do PTB em 1980,

“A partir deste momento devemos concentrar todos os nossos esforços na preparação e organização do Congresso Nacional da organização do novo PTB, a realizar-se no Rio de Janeiro, no dia 19 de abril de 1980. No Congresso, recolheremos, através de nossas bases, as grandes aspirações e definições da vontade popular.” (Carta de Lisboa, 17 de junho de 1979)

Mas ainda em agosto de 1979, o então Presidente General João Baptista Figueiredo, assinou a Lei de Anistia, suspendendo as penalidades impostas aos opositores do regime militar. A partir desse momento, foram libertados os últimos presos políticos e os exilados puderam voltar ao Brasil. “Ampla e irrestrita”, a Lei de Anistia garantiu, por outro lado, o esquecimento dos crimes cometidos anteriormente contra a oposição. Assim, os “Trabalhistas” que estavam exilados, retornaram a sua “casa”.

Porém, entre 1979 e 1980, vários desentendimentos entre lideranças políticas nacionais “Trabalhistas” acabaram por criar uma divisão intra-partidária que com a participação do “ideólogo da ditadura”³, o general Golbery do Couto e Silva, que neste momento ocupava a cadeira de ministério da casa civil e de Delfim Neto, acabou passando a sigla para outro grupo político liderado por Ivete Vargas, e disso surgiram os dois partidos políticos o PTB e o PDT no cenário nacional. Naqueles 19 de Abril de 1980, acabou sendo criado o Partido Democrático Trabalhista, PDT, ao invés do PTB.

Essas mudanças entre as representações “trabalhistas”, que criaram dentro do mesmo grupo discursos diferentes foi o elemento principal para o surgimento do PDT.

“As novas condições do relacionamento entre o eleitor e o político, marcado pela ação dominante dos meios de comunicação de massa, priorizam o personalismo e a imagem e prescindem da mediação partidária. Nesse sentido, o processo de formação das preferências políticas passa a buscar parâmetros em um amplo campo homogêneo de informações, através do qual dá-se a percepção das questões e temas públicos, e não mais a partir de linhas de opinião estruturadas sobre

³ O general Golbery do Couto e Silva é considerado pelos partidos de esquerda, incluindo nestes o próprio PDT, como o “ideólogo da ditadura”. Isso ocorre por além de ocupar o cargo de ministro da casa civil no Governo de Figueiredo, que é um cargo muito mais político, pois procurava manter as relações institucionais, assim como, eliminar as possíveis dissensões no Regime, além é claro de proteger o governo de possíveis “agressores”, que possam causar danos ao Regime.

clivagens ou interesses específicos organizados, estabelecidos tradicionalmente pelas organizações partidárias.” (MENEGUELLO, 1998, p. 26)

Essa é, portanto uma das principais mudanças ocorridas durante a década de 80, em que o eleitor já não é mais aquele que escolhe somente pelo político, mas também pelos próprios problemas e questões de interesses populares. Esses interesses dentro dos próprios grupos políticos foram alguns dos pontos de relevância para haver a divisão entre os líderes “Trabalhistas”.

Assim, após a criação do Partido Democrático Trabalhista em 19 de abril de 1980, na cidade do Rio de Janeiro, foi aprovado o programa, o manifesto e os estatutos do PDT em 25 de maio do mesmo ano.

Após este ato, o Partido Democrático Trabalhista acabou se espalhando por todo o país. Pois, os “Partidos se organizam e se mantêm segundo um conjunto mínimo de pontos comuns e estabelecem negociações diante das demais forças políticas com base nesses pontos. Para além desse patamar comum, a unidade partidária é uma variável definida segundo circunstâncias políticas, que produzem motivações variadas e podem ou não estabelecer a presença de facções ou de grupos internos (entendidos como grupos de indivíduos com objetivos comuns).” (MENEGUELLO, 1998, p. 35)

Isso fez com que o Partido ganhasse uma maior importância nacional, pois na medida em que estava se organizando através das “negociações” intra-partidárias, procurou rapidamente chegar a todos os estados brasileiros da forma mais rápida possível, fundando seus diretórios regionais. Essas “negociações” intra-partidárias conhecidas por serem os lugares de luta em que se realizam as lutas pelo poder de comando do partido, sempre procurando (na medida do possível, pois é impossível que um grupo maior respeite isso) defender os meios possíveis de decisão. Esses parecem ser os aspectos “democráticos” do partido.

1. 2. O manifesto “Pedetista”: fundamentação política do Partido.

O Partido em seu manifesto acaba fundamentando e direcionando sua política que abrangerá não somente a política nacional, mas em todas as esferas do partido. Através do seu manifesto procurou defender o discurso há todo momento sempre se colocando como “oposição” e do lado dos trabalhadores como já foi descrito ainda neste capítulo.

Para Meneguello, “são vários os processos políticos que permitem dimensionar o papel do sistema partidário no funcionamento de regimes democráticos. As relações desenvolvidas entre os partidos e o corpo eleitoral, a formação de bases partidárias e as relações entre as agremiações apresentam-se como produtos reflexos das arenas participativas e de representação, desenvolvidas no período pós-1985 e que, juntamente com as relações estabelecidas entre os poderes legislativo e executivo, concorrem para a análise das tendências de desenvolvimento partidário” (MENEGUELLO. 1998, p.45). É claro, que esta conclusão está totalmente de acordo, porém ela não leva em consideração dois pontos. O primeiro ponto é que não podemos considerar somente que tenha sido desenvolvida no período pós-1985, pois vários partidos que surgiram ou se organizaram pós-1979 já apresentavam estas tendências democráticas, não podemos analisar apenas na conjuntura da relação eleitor-partido, mas também nas “relações democráticas” infra-partidárias e na própria elaboração de seus discursos.

O manifesto do PDT é o exemplo disso, pois propõe sua doutrina e suas relações com a sociedade brasileira através de suas intenções para com toda a “Nação” brasileira:

“[...] Somos um partido que defende a Democracia, o Nacionalismo, o Socialismo, um partido nacional e popular. Somos o partido da Democracia Trabalhista porque somente a participação popular nas decisões da vida nacional pode levar a um nacionalismo e a um socialismo fraterno e em liberdade. O nosso Trabalho coloca a Democracia como o mais alto valor e a considera o ambiente natural em que podem frutificar os nossos ideais trabalhistas. Nosso nome e nossa sigla expressam o nosso compromisso básico e fundamental [...]” (Manifesto do PDT, de 25 de maio de 1980)

Mas fica ainda mais explícito neste trecho:

“[...] O PDT terá como um dos seus objetivos fundamentais trabalhar pela unidade de todas as correntes do movimento popular, respeitando sua independência e autonomia. Estamos convencidos que este movimento a partir das bases populares não somente proporcionará a unidade dos partidos de oposição, como é condição essencial na luta pela democracia em nosso país. [...]” (Manifesto do PDT, de 25 de maio de 1980)

Todos os elementos de representações proposto pelo partido se encaixam na proposta de se tornar um partido de esquerda, que está “ligado” aos interesses dos trabalhadores, estudantes, e de toda a sociedade que busca mais “liberdade”, ideais socialistas, que seja baseada em princípios democráticos. Isso possibilita a criação de uma

militância “ativa e permanente”, ou seja, a base para se tornar um partido forte no cenário nacional.

O partido procurou através de seu Manifesto, “trabalhar” pela unidade de todas as correntes do movimento popular. Buscando com isso a “união” entre os partidos de esquerda e conseqüentemente a possibilidade de contar com o apoio das camadas populares na luta pela democracia no Brasil. Adequando à luta do partido “no contexto da *Ditadura Militar* em seus instantes finais período em que o regime já apresentava sinais de desgaste, momento em que o país vivia a expectativa do processo de abertura política que apontaria para os rumos da democracia” (MACHADO, 2009, p. 10). Dessa forma, sua “doutrina” acaba se apoiando “no primado de duas ordens de valores”, ou seja, no trabalho como fonte de riqueza de toda a sociedade não somente no aspecto econômico, mas também nas questões que envolvem os “valores humanos”.

Não podemos esquecer que por trás desse manifesto “doutrinário” corre a idéia de construção de um partido “ético”, “moral”, combatente dos corruptos e do mau-uso das verbas públicas, “que visa à transformação das estruturas econômicas e sociais no sentido do desenvolvimento harmônico e independente” (Manifesto do PDT). Essa idéia era o contraponto do que se apresentava através do regime administrado pelos militares. Que estava cada vez mais fragilizado e sofria pressões dos mais diversos segmentos da sociedade.

Por isso, fica necessário para o partido “a mobilização social e a organização partidária das grandes maiorias trabalhadoras, o que só é praticável num ambiente de liberdade e democracia” (manifesto do PDT). Porém, o surgimento de vários partidos no cenário nacional proporcionando “competição eleitoral” e a disseminação de discursos criam elementos incoerentes, pois, “ao mesmo tempo em que ele traduziu a capacidade de mobilização de massa do sistema político, por outro lado definiu-se como um ambiente favorável ao surgimento (e ressurgimento) de expressões carismáticas e personalistas, além de ser propício à formação de alternativas populistas e pouco consolidadas, fatores potencialmente constrangedores ao fortalecimento partidário” ⁴(SOUZA apud MENEGUELLO, 1998, p. 61). Coisa esta muito propagada na doutrina do manifesto do partido, quando a todo o momento se remete ao ex-presidente Getúlio Vargas como exemplo.

⁴ Parte integrante da obra “A Nova República...”, op. Cit.

“[...] O conteúdo da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas expressa, com autenticidade e realismo, esse sentido popular e nacional de nosso processo histórico, assim como define rumos para o futuro e identifica as bandeiras que se vêm opondo aos interesses fundamentais da Nação.” (Manifesto do PDT)

Essa constante retomada dos discursos e do “exemplo” varguista de quem “defendia” os interesses dos trabalhadores a “qualquer custo”, acabava desacreditando alguns segmentos da sociedade brasileira, que conhecia algumas peculiaridades de Getúlio Vargas que não eram tão boas para grande parte da população brasileira. Como diz Faoro,

“Na peculiaridade histórica brasileira, todavia, a camada dirigente atua em nome próprio, servida dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelhamento estatal. Ao receber o impacto de novas forças sociais, a categoria estamental as amacia, domestica, embotando-lhe a agressividade transformadora, para incorporá-las a valores próprios, muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível com o esquema de domínio. As respostas às exigências assumem caráter transacional, de compromisso, até que o eventual antagonismo dilua, perdendo a cor própria e viva, numa mistura de tintas que apaga os tons ardentes. As Classes servem ao padrão, de domínio, sem que orientem a mudança, refreadas ou combatidas, quando o ameaçam, estimuladas, se o favorecem. O sistema compatibiliza-se, ao imobilizar as classes, os partidos e as elites, e os grupos de pressão, com a tendência de oficializá-los.” (FAORO, 1999, p. 745)

Essa afirmativa de que um político ou liderança política, como líder carismático que acaba transformando a sociedade para atender aos seus interesses ou que quando não consegue a transformação da sociedade acaba se auto-transformando para obter a permanência como líder dessa sociedade, é para o PDT seu problema, pois a figura de Getúlio Vargas se encaixa plenamente nesse discurso. Porém, ainda assim, não consegue (ou quer) se desvirtuar dessa representação, pois mesmo que represente uma forma de político atrasado não deixa de estar nos pensamentos de grande parte da sociedade brasileira, como o “presidente do povo”, o “pai dos pobres”. O que poderia ser muito mais vantajoso em termos de voto para o partido do que tentar se desvirtuar desse “Getulhismo”.

1. 3. A Fundação “Pedetista”: A “Democracia” e o “Trabalhismo” chegam a São Luís.

Em São Luís podemos analisar que no ano de 1979, na qual o Regime Militar promulgou a lei de anistia, várias lideranças políticas que estavam no exílio acabaram retornando à cidade e acabaram encontrando “uma movimentação de grande vulto pela cidade. A imprensa local e de outros Estados do país direcionaram sua atenção para a

organização dos estudantes universitários e secundaristas que cobravam das autoridades a concessão da meia-passagem à classe” (MACHADO, 2009, p. 10). Além disso,

“[...] a situação político-administrativa local no período em questão não destoava muito da ainda vigente no cenário nacional. Embora o regime militar apresentasse sinais de debilidade, este ainda se mostrava presente em São Luis através da ação vigorosa de seus agentes, sobretudo, na repressão a qualquer esboço de manifestação que pudesse comprometer o estabelecimento político e a ordem das coisas.” (MACHADO, 2009, p. 10)

Com isso, podemos perceber que a grande maioria da sociedade ludovicense buscava encontrar um caminho diferente daquele que vinha seguindo desde a “Revolução de 64”. Já que não “agüentava” o sentimento de vida vigiada, de tensão por que vivia a população, é devido a isso, que “em São Luis, observou-se uma constante atuação das chamadas *frentes*, constituídas por movimentos, entidades e lideranças políticas que aglutinavam forças, muito embora fossem portadores de reivindicações específicas. A estratégia era eleger uma bandeira, uma causa que concentrasse esforços propiciando assim maior poder de barganha junto ao governo” (MACHADO, 2009, p.20). Por isso, algumas lideranças políticas que haviam retornado do exílio e outras que já estavam “trabalhando” em São Luís contra o regime e na tentativa de unir os vários segmentos da sociedade na construção de um partido político de esquerda para combater a ditadura. Ocorreram assim, vários movimentos de contestações: “Na cidade ocorriam manifestações contra a carestia, pois o custo de vida sufocava os segmentos mais populares, além de mobilizações pela anistia, paralisações de categorias profissionais, como a greve de taxistas da capital, ocupações urbanas irregulares, [...]” (MACHADO, 2009, p. 21)

Todos estes eventos foram além de pano de fundo também os elementos que fundamentaram a criação do Partido Democrático Trabalhista. Baseado no “Trabalhismo” e nos “ideais” democráticos, centrado na aglutinação de movimentos de esquerda, sindicais, estudantis, ou seja, nos movimentos de contestação da ordem vigente, que neste caso seria o “regime cívico-militar” imposto ao Brasil, por grupos da sociedade civil e principalmente por militares.

Todos esses eventos de contestação, de mobilização são exatamente o campo perfeito, para que os discursos dos partidos de esquerda que estavam surgindo ou se organizando pudessem encontrar na sociedade seu campo de proliferação. É um período de criação e consolidação das representações. “As representações são formadas de imagens,

heróis, emblemas, lutas que se espalharam pela Capital maranhense, sendo resignificada” (COSTA, 2006, p. 86).

Essas representações perpassam entre os dois grupos que lutam pelos espaços de poder, ou seja, aqueles que defendem o regime militar (em ampla decadência) e o “novo” que são os partidos de esquerda contestadores da ordem vigente.

Era por assim dizer uma oposição baseada num discurso de “... defesa dos ‘ideais de liberdade’, da realização de ‘eleições livres e honestas’ com a livre expressão do cidadão através do voto, defesa da ‘verdade eleitoral’, de ‘instituições livres’, das ‘virtudes cívicas’, da ‘apuração das responsabilidades’ dos governantes por seus atos – em síntese, o ‘restabelecimento das franquias democráticas ultrajadas’” (COSTA, 2006, p. 86). Como se pode perceber as idéias de liberdade, de luta, de moralidade se fortaleceram novamente em todo o Maranhão e principalmente em sua capital.

Foi nesse momento que os “Trabalhistas” maranhenses após a estruturação e fundação do Partido Democrático Trabalhistas em nível nacional, com o estabelecimento de sua liderança nas mãos de Leonel Brizola que possibilitou a fundação do PDT em esfera estadual.

Após a fundação do Partido em esfera nacional, no dia 26 de maio de 1980, o então Médico Jackson Kepler Lago, acaba fundando o PDT estadual. A data de fundação do partido é de 7 de junho de 1980 e tem como comissão provisória: Jackson Lago, Reginaldo Telles, Arieldes Macário, Pedro Lago, José Policarpo Costa Neto, Alaíde Ribeiro, Terezinha Amorim, Rubem Moreira de Brito, Inocêncio Vitor Reis, João Francisco dos Santos e José Guimarães Neiva Moreira.

Essa fundação do PDT e a organização da luta das esquerdas pela abertura política, “conduziam uma ‘cruzada moral, política e social’, visando à ‘reintegração’ do Maranhão no ‘regime da moralidade republicana’” (COSTA, 2006, p. 87) ⁵. Nesta fundação partidária, vários líderes se erguem para comandá-lo, como Neiva Moreira, Rubem Brito, Reginaldo Telles, Renato Dionísio, mas foi a figura de Jackson Lago que se destacou para comandar o partido, já o preparando para as eleições municipais no Estado do Maranhão.

⁵ Esta passagem é um trecho do “Jornal do povo” de 04/08/1951, pág. 2-3 que o autor Wagner Cabral utiliza para descrever como as mídias trabalhavam em prol das “Oposições coligadas” contra o Vitorinismo nas décadas de 50 e 60.

Eleições estas que seriam feitas em 1985, que através da Reforma política de maio de 1985, possibilitou eleições diretas para Prefeitos das capitais estaduais, pois até este momento não havia eleições diretas para Prefeitos e sim uma eleição indireta desde o Governo de Castelo Branco. Essa idéia na prática servia para deixar no comando das prefeituras apenas aqueles ou ligados ao regime militar ou que não pudessem ir contra os governos militares. Assim, vários partidos já começavam a se organizar politicamente para concorrer a esta eleição.

Porém, mesmo com os avanços dos partidos de esquerda, foram os partidos de centro como o PMDB e PSDB e principalmente o PFL, alguns apoiados por setores ligados ao militares – pois estes ainda buscavam controlar a sociedade durante o processo de abertura política por que passava o país – que mais cresceram em todo o país.⁶ Isso não foi o que ocorreu no cenário maranhense, percebe-se que os movimentos populares, os sindicatos, agremiações estudantis apoiavam os partidos de esquerda, que obtiveram um crescimento relevante, principalmente em São Luís.

Justamente porque tanto o então governador João Castelo, que estava comandando o Estado por ter sido “escolhido” pelo regime militar, assim como o Prefeito de São Luís, não atendiam às reivindicações dos trabalhadores, estudantes, ou de qualquer grupo que se colocasse contra o regime.

Os partidos que se (re) organizavam logo perceberam que o Regime Militar seria o “inimigo” a ser combatido. As vitórias na Greve de 1979 (Greve da meia-passage), entre os mais diversos movimentos que explodiram na cidade, fizeram-se perceber o resgate da idéia de “Ilha rebelde”, aquela que não pode aceitar ser “oprimida”, o “atraso” de nossa sociedade. Assim, esse conflito de discursos “coloca em jogo os imaginários sociais, bem como as relações de força em seu domínio, demandando das diversas partes envolvidas a elaboração de técnicas e estratégias simbólicas adaptadas às especificidades do conflito” (COSTA, 2006, p. 85). Com isso, os partidos começaram a atuar de forma a atingir a maior quantidade de pessoas possíveis, na tentativa de (re) criar o campo

⁶ Esta conclusão foi realizada na medida em que a autora Rachel Meneguello, afirma “Destacam-se nesses dados a organização de alguns partidos, como o PFL na região nordeste, com mais de 50% de sua bancada ali concentradas; o PSDB, o PT e o PDT, concentrados na região sudeste, e uma distribuição equilibrada para a bancada do PMDB para essas duas regiões” (p. 68, parte II) assim como também em outro trecho. “Apesar do considerável crescimento dos partidos de esquerda nas duas casas representativas, sobretudo o PT e o PDT ao longo dos governos, as agremiações de centro – PMDB e PSDB – e de direita – com destaque ao PFL – compõem não menos que 76% das cadeiras da Câmara de Deputados, e de 84% das cadeiras do Senado ao longo do período” (p. 73, parte II), retiradas da obra Partidos e Governos no Brasil contemporâneo (1985 – 1997).

ideológico de luta pela “libertação” do Maranhão e principalmente de São Luís. Já que as primeiras eleições diretas seriam nas capitais estaduais.

Os “contatos” da população passaram a ocorrer “em locais abertos como feiras, mercados, bares, praças, etc.”. Porém não devemos esquecer que “esta formulação é esquemática e redutora, porque não incorpora a heterogeneidade social e as diferenças internas entre os partidos de oposição, bem como a discussão sobre a ausência no Brasil pós-45 (e até hoje) dos chamados ‘partidos ideológicos’” (COSTA, 2006. P. 87).

E assim, como ocorreu com relação à luta contra Vitorino Freire, os partidos de esquerda também criaram um discurso oposicionista, da “democracia” contra a “tirania”, de “liberdade” contra a “imposição”, ou do “poder” do voto contra as “negociatas” por espaços de poder que ocorria por cargos executivos em favor da Ditadura. Essa, “criação, (re) produção, difusão e manejo desses imaginários sociais por parte da Coligação, buscava assegurar ‘em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças’” (BACZKO⁷ apud COSTA, 2006, p. 91).

Nas eleições para o governo estadual, que ocorreu de forma direta pela primeira vez em 1983, após “parcial” abertura política, se elege o então governador João Castelo, que já comandava o governo anteriormente com o apoio de José Sarney e dos militares. As oposições esquerdistas como o PT e o PDT, não conseguiram chegar ao poder estadual, mas na “Ilha Rebelde”, os discursos de esquerda se espalham rapidamente e a luta contra a ditadura e seus “seguidores”⁸ ganharam às ruas, praças, etc.

No cenário nacional, o crescimento do número de “greves”, de “passeatas”, que por motivos diversos de contestação, não deixaram de influenciar contra o “Regime militar”, auxiliando os políticos “opositores” no discurso contra a abertura “lenta, segura e gradual” como queriam os próprios militares, através do Presidente General Ernesto Geisel que governou de 1974 até 1979.

Após o termino de seu mandato, é eleito seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo pelo Congresso. O presidente Figueiredo deu prosseguimento à política de “abertura” e deixou claras suas intenções logo no início de seu governo, declarando: “Juro

⁷ Trecho utilizado por Wagner Cabral, para demonstrar a capacidade de ter resultados favoráveis a partir da construção ou reconstrução de imaginários coletivos, coletado da obra de Baczko, 1985, p. 312.

⁸ Quando me remeto à palavra “seguidores” eu quero dizer aqueles seguimentos da sociedade que direta e indiretamente apoiavam os militares e que buscando resguardar seus interesses na medida em que lutavam contra o fim desse “regime cívico-militar”, já que seu fim significava também o fim de suas regalias.

que farei deste país uma democracia”. No seu governo foram dados passos importantes nessa direção, mas sempre sob o controle do poder central.

O projeto de “abertura” do governo era considerado muito lento pelos movimentos sociais e pelos partidos que lutavam pela “redemocratização”. Por outro lado, era temido pelas forças conservadoras, que se identificavam com o governo e estavam comprometidas com a continuidade do regime militar.

Neste momento, o PDT, no Rio de Janeiro, consolida a sua luta contra a ditadura através da Carta de Mendes. Descrevendo seu “repúdio” ao Regime e influenciando as lideranças “pedetistas” em todos os Estados. No Maranhão isso não foi diferente.

1. 4. A Carta de Mendes: O repúdio ao Regime militar, inicia-se o ataque final.

Em 23 de Janeiro de 1983, o Diretório Nacional do PDT, se reuniu na cidade de Mendes, no Rio de Janeiro. Deste encontro surgiu a Carta de Mendes que procurou propor definitivamente os rumos que o partido deve seguir e as responsabilidades que deva assumir naquele momento.

As representações sobre o discurso do partido perpassam sobre sua “identidade” e com os compromissos do Partido neste período histórico. O texto da Carta assim descreve:

“A Nação está mergulhada numa crise sem precedentes. O nosso povo, perplexo e sofrido, vem reclamando definições quando se tornam transcendentais decisões sem a sua audiência e que o afetam até mesmo no seu elementar direito à vida. Estamos persuadidos de que somente através da democracia e do socialismo em liberdade será possível encontrar saídas para o atual contexto de dependência, de injustiças e de sofrimentos para o nosso povo.” (Carta de Mendes, 23 de janeiro de 1983)

Este trecho, é claro, está falando do Regime autoritário que estava instalado no Brasil e que afligia toda a sociedade brasileira. Além disso, a idéia de se descrever como “democratas” e “socialistas” encaixa nas perspectivas e anseios da parcela da sociedade que procura ter seus direitos respeitados assim como compartilhar da idéia de “igualitarismo” entre a sociedade.

Esse “discurso” de democrata e de socialista que procura “encontrar saídas para o atual contexto de dependência, de injustiças e de sofrimentos para o nosso povo” se encaixa como já foi dito, na idéia de liberdade, justiça, paz, prosperidade que a abertura política estaria trazendo, se contrapondo a idéia de prisão, tortura, injustiças, miséria que

era visto enquanto controlados pelo regime militar. “A estratégia de inscrição das ‘experiências’ vivenciadas por indivíduos e segmentos sociais, [...], conformam imagens de um enredo particular, significativo aos sujeitos que buscam *eternizar*⁹ momentos. Dessa forma, a *memória* seria o terreno fértil a acomodar tais elaborações, carregadas de subjetivismo de quem as produz, projetando-as neste domínio” (MACHADO, 2009, p. 67). Com isso, não somente o PDT procurou elaborar e influenciar a memória da sociedade, mas quase todos os partidos e entidades que se colocavam contra a Ditadura. “Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem.” (HALBWACHS, 1990, p. 133), isso foi uma das mudanças por que passou o PDT no cenário maranhense, mas notadamente na Capital.

Em São Luís, os partidos políticos começam a se organizar para as primeiras eleições, que seriam realizadas em 1985 que só foi possível pela Reforma política de maio de 1985, já por força do voto direto de sua população, procurando trazer para sua “luta” todos os seguimentos da sociedade que fossem possíveis. Iniciava-se a luta pelos “espaços de influências”. Entre estes espaços podemos demonstrar as mídias de massa. Principalmente os jornais e rádios da ilha.

Espaço interessante para descrever as idéias do Partido: “Nós, Trabalhistas, somos a oposição sem cumplicidade a tudo o que tem sido imposto ao povo brasileiro nestes quase 20 anos de autoritarismo, particularmente a uma política econômica que vem comprometendo a soberania do País e sacrificando ao desespero o povo trabalhador.” (Carta de Mendes, 23 de janeiro de 1983)

As rádios e jornais seriam então a principal ferramenta para arregimentar eleitores, além é claro, do trabalho de sua militância nas áreas de base da sociedade. Jornais como o “Estado do Maranhão” e o “Jornal Pequeno”, que sabidamente detém “discursos” opostos, seriam o campo para difundir suas idéias para uma São Luís, mais bela. Pois, “[...] a idéia-imagem de São Luis enquanto *Ilha Rebelde*, povoada por irredutíveis maranhenses livres em luta incansável contra o invasor estrangeiro e seus associados locais. São Luís, no imaginário oposicionista, torna-se a cidade ‘mais livre e culta’ do país, síntese das tradições regionais. Cidade onde a *palavra liberdade* e os *velhos costumes* adquirem plena significação, impregnando pessoas e lugares. Convém ressaltar

⁹ O grifo em itálico foi utilizado pelo próprio autor.

que vários epítetos foram utilizados no decorrer do processo político para representar a *Ilha Heróica, Ilha Indomável, Ilha Insubmissa* -, contudo, a idéia –imagem que prevaleceu até os nossos dias foi a de *Ilha Rebelde*, breve instante de cristalização no interior do magma formados dos imaginários sociais” (COSTA, 2006, p. 96-97) foi então que começou-se a traçar o modelo de combate à Ditadura, inserindo a representação de “Ilha Rebelde” para não aceitar qualquer forma de controle, opressão ou desmandos do Regime na ilha de São Luís.

“Era a cidade “aguerrida”, que não se deixa vencer pelos “opressores” e não poderia deixar de ser diferente no caso da “luta” contra a ditadura. Esse é um dos papéis em que as cidades se inserem, e conseqüentemente demonstram sua importância, pois todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas.” (BACZKO apud COSTA, 2006, p. 97).

Os partidos que lutavam pela “abertura”, mais notadamente os de esquerda se apoiaram na “tradição política e história regional (re) inventadas pelo discurso oposicionista, instituído e instituinte dos imaginários sociais. Tradição de crítica e de luta que estaria encarnada e atualizada nas idéias e nas práticas das oposições, que se auto-representava enquanto legítima herdeira desse passado heróico e combativo...” (COSTA, 2006, 92), para tentar vencer as eleições municipais, já que o PMDB, já havia levado o governo estadual.

Síglas como o PMDB, PFL, PSDB, PT e PDT entre outras, começam a se organizar e a difundir suas políticas e “politicagens” no cenário ludovicense. As notícias nos jornais demonstravam isso, pois as matérias “enquanto discurso (a linguagem) é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural” (BRANDÃO apud SOUZA, 2007, p. 9) e “o receptor precisa deter os conhecimentos necessários a sua interpretação. O produtor do discurso, por sua vez, não ignora essa participação do interlocutor e , até mesmo, conta com ela” (COSTA VAL apud SOUZA, 2007, p. 10). Assim, é que os jornais de acordo com seus interesses ou relações com os partidos políticos assumiram a defesa de partidos para tentar não somente deter seu adversário, mas convencer que seu propósito é o melhor para a cidade de São Luís.

Em 1985, “o primeiro ano do novo regime estabeleceu nas eleições para as capitais o primeiro momento amplo de avaliação popular da transição democrática. Os

resultados eleitorais traduziram um apoio genérico ao PMDB – que elegeu 19 dos 24 prefeitos de capitais –, embora ali estivessem embutidas importantes divergências intrapartidárias, de natureza regional e ideológica, expressas através da eleição de lideranças locais, parte delas definidas à esquerda da configuração da Aliança democrática. Neste quadro de resultados ocorreu a eleição de lideranças políticas externas à coalizão de governo, introduzindo uma quebra parcial da sustentação previamente existente em alguns estados” (MENEGUELLO, 1998, p. 91). É neste contexto, que podemos perceber que o cenário da eleição de São Luís acaba se tornando favorável ao PDT e suas lideranças.

Mesmo que nos pleitos anteriores isso, não tenha sido demonstrado pelos resultados nas urnas, aonde o PDT sequer conseguiu eleger um vereador para a Câmara municipal de São Luís, tendo apenas cerca de 3000 votos nas urnas. Foi de fato uma decepção para todo o partido, mas o primeiro passo para as eleições diretas para prefeito em 1985, nas capitais brasileiras.

2. AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA SÃO LUIS PÓS-DITADURA

2. 1. Os primeiros anos de 1980: Abertura política e as liberdades sociais.

Durante a abertura política na década de 80, a sociedade civil em vários aspectos, como cultural, político, social, começou a produzir e a se colocar de forma diferente daquela em que estava inserida durante o período militar. Era a “negação” de boa parte dos valores que surgiram influenciados pelo regime militar. O Brasil queria se ver e se apresentar como um país livre de influências militares.

No Futebol a seleção brasileira perde as Copas do Mundo de 1982 e de 1986, quando se achava que seria “barbada”, na música os Festivais de Música começam a perder importância, e ocorre o aparecimento de novas Bandas de Rock como o R.P.M. (Revolução por Minuto), Barão Vermelho, Ultraje a Rigor, Engenheiros do Hawaii, etc., que fazem músicas de contestação contra os militares e principalmente aos políticos “corruptos”. Na televisão (já a cores), a campanha “Diretas Já” ganha expressão em todo o cenário nacional com ampla divulgação e participação de grandes personalidades do setor artístico.

Em São Luís, todos esses fatos tinham ampla divulgação, além disso, o aparecimento de novos bairros, como Renascença, Cohab, Cohatrac, Habitacional Turu, Cohama, Vinhais, Bequimão, Angelim, entre outros, demonstravam o crescimento “espacial” da cidade e de sua população. Aparecem também, novos anseios dentro dessa sociedade, como maior liberdade, luta contra a inflação desenfreada que eliminava o poder de compra das pessoas, luta por emprego, pois crises econômicas eliminavam postos de trabalho, entre outros anseios. Ainda mesmo com esses anseios não se deixava em segundo plano a vontade de participar dos processos eleitorais, ou seja, de decidir por sua vontade quem seria seus representantes.

O governo de Mauro Fecury, então “Prefeito biônico”, como dizia seus opositores, era carregado de atitudes que não condiziam com seu cargo, como sumiço de documentos do Cartório de Celso Coutinho, aumentos exorbitantes de passagens, assim como o uso indiscriminado da força policial na tentativa de manter a “ordem”.

Essas ações serviam a todo o momento como “peças” na luta contra os desmandos, opressões por que o “povo” passava. Um deles o próprio aumento das

passagens de ônibus no mês de maio de 1985 serviu para que grupos saíssem às ruas para reivindicar o não aumento das passagens.

Além disso, vários políticos opositores delegavam a Mauro Fecury o crime de grilagem de terras em São Luís, e a situação de fome e miséria por que passava o povo da cidade.

Essas situações fortaleceram os partidos de oposição para o pleito de novembro de 1985, principalmente, com lideranças como Haroldo Sabóia, Jackson Lago, etc.

Os partidos já começavam a se organizar para as eleições municipais de 1985, a primeira eleição direta para prefeitos das capitais, os partidos começaram a organizar seus diretórios municipais. No PDT, o Diretório Regional procurava fazer a eleição do Diretório Municipal de acordo com a Lei n.º 5.682/71, 6.767/79 e Resoluções n.º 10.785/80, 10.915/80, do Tribunal Superior Eleitoral para que houvesse o registro de seu Diretório Municipal em São Luís e sua comissão executiva.

Surgem nomes para comandar o diretório municipal como: João Francisco dos Santos, Juarez Medeiros, Eduardo e Ivan Telles, Maria de Fátima Carvalhal, Afonso Domingos, entre outros. Em 07 de Junho de 1981, o diretório começa a se organizar, para tomar as decisões intra-partidárias, formação do Manifesto, Programa e Estatuto do PDT Municipal.

“[...] Aos sete (07) dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e um (1981), nesta cidade de São Luis, rua Afonso Pena, n.º 171, cento e setenta e um, presentes o Presidente da Comissão Diretora Municipal, digo Zonal, da 1.º Zona, Provisória do Partido Democrático Trabalhista (PDT), deste Município, Senhor Vicente Francisco de Souza, por ser o mais idoso dos quatro (4) presidentes das Comissões Provisórias Zonais, o Secretário designado, Senhor Juarez Medeiros Filho, Leu assim, o observador da Justiça Eleitoral, Senhor Hugo Napoleão Pires da Fonseca, foi declarada devidamente constituída, sob a Presidência do primeiro, a Mesa Diretora da Convenção Municipal do Partido, para cumprimento da Ordem do Dia constante do Edital de Convocação, este publicado, na conformidade da lei e instruções do TSE. Dando por abertos e iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente colocou a palavra à disposição dos Senhores Convenceres para discussão de Manifesto, Programa e Estatuto do PDT, conforme texto distribuídos pelas Comissões Diretoras Municipais, digo, Zonais Provisórias, em cumprimento a determinações da Comissão Diretora Regional Provisória.” (Ata da Convenção Municipal do Partido Democrático Trabalhista, realizada em São Luis no dia 07 de Junho de 1981)

Neste momento, o partido passa a entrar em votação, com a participação do Senhor Jackson Kepler Lago, José Augusto Soares Telles de Souza, Paulo Gomes Neto, Josemar Emílio Silva Pinheiro, Maria Raymunda Araujo, João Francisco dos Santos e

Reginaldo Carvalho Telles de Souza, que discursaram expondo as idéias que se deveriam seguir durante as votações.

É justamente nestes momentos que podemos ver os conflitos intra-partidários pelos “espaços de poder”, que podem designar quem serão os grupos de políticos que terão poder de decisão e de influência nos grupos de menor poder no partido, possibilitando com que os políticos mais influentes sempre vençam as prévias partidárias.

Nesse momento, o Diretório municipal fica registrado. Após deferimento dos desembargadores do Tribunal Superior Eleitoral, TSE. Composta em sua grande maioria de estudantes, comerciários, professores e, sobretudo de pessoas simples, como domésticas e “braçais”, o que reflete justamente uma maior facilidade para os políticos de maior influência ter um maior domínio até mesmo sobre os grupos dissidentes nas idéias do partido. Pois o poder de influenciar nas decisões não são impostos, mas negociados através das “relações de poder”.

As negociações internas começam para as eleições de 1982, em que o partido iria testar sua “popularidade” com os eleitores, os cargos a serem escolhidos eram de vereador, já que o cargo do executivo municipal ainda estava sendo escolhido de forma indireta.

Foram lançados vários nomes, mas estes de menor expressão dentro daquilo que poderiam ser neste pleito. Foram deixados de lado as “verdadeiras” lideranças do Estado. É claro que, isso se tornou uma estratégia que não atendia aos interesses dos líderes do partido, mas possibilitou uma análise sobre a sociedade ludovicense. E se percebeu, que seria necessárias modificações intra-partidárias, buscando atingir as camadas mais esquecidas do povo de São Luís.

O “Trabalhismo” deveria ser colocando em prática numa escala jamais vista, apoiando sindicatos, como dos comerciários, professores, bancários, o que seria uma forma de conseguir maior apoio, e também uma tentativa de se aproximar dos outros partidos de esquerda, como o PT e PTB. Além disso, o apoio aos grêmios estudantis seria outra forma de que os estudantes se aproximassem dos ideais do PDT fortalecendo ainda mais sua forma de lutar.

2. 2. As decisões internas para 1985: Quem será o candidato?

Após as formulações do Diretório Municipal em que a diretoria acabou nas mãos de estudantes, bancários, comerciários, professores, etc.. O poder de decisão ficou a cargo do Diretório Regional, liderado por Jackson Kepler Lago, Josemar Pinheiro, Julião Amin, entre outras lideranças do PDT maranhense, isso levou a uma organização do partido baseada nas decisões feitas pelo Diretório Regional para as eleições das Capitais em 1985.

Primeiramente fizeram uma reunião para discutir os resultados das eleições de 1982, para saber por que foi tão péssima para o partido. Com 3.356 votos na eleição de municipal, o partido não conseguiu nenhuma cadeira na Câmara dos vereadores, é claro, que em se tratando de um partido novo, que a população ainda não conhecia, podemos então levar em consideração alguns pontos. Primeiro é que o Regime militar teve muita influência nesta eleição, segundo, o então fundado PDT era desconhecido para o pleito, o que dificulta a aceitação de qualquer partido, terceiro, o partido ainda não havia adotado estratégias que pudessem levá-los a ter maior aceitação e conseqüentemente arregimentar novos eleitores.

Esses foram os principais pontos que deveriam ser mudados pelo partido. Pois, na medida em que, se colocaram como um partido de esquerda deveriam assim, se colocar como opositores ao regime imposto. Pois, “[...] a luta oposicionista é constantemente referida às idéias-imagens de ‘redenção’, ‘libertação’, ‘cruzada’, ‘jornada redentora’, contando também com seus ‘mártires’ e ‘heróis’ imolados no altar de ‘sacrifícios’ da *Campanha Libertadora* (e até mesmo, eventualmente, com seu próprio ‘Messias’...). Estas e outras representações e práticas vão imprimir um caráter marcadamente místico e teológico ao discurso oposicionista [...]” (COSTA, 2006, p. 88)

Esse foi então o que o PDT fez, a sua luta primeiramente era contra o próprio regime militar, e sua forma de agir para com a sociedade, na forma que retira direitos inerentes à sociedade, na medida em que pratica abusos, depois com o fim do Regime e a abertura gradual o partido passou a combater aqueles que defendiam ou representavam a ditadura, aqueles que se colocavam contra a democracia, às liberdades individuais, significando coisas ultrapassadas, já não atendendo mais aos interesses que a sociedade almejava.

Outro ponto seria quem levaria o partido à chegar forte nas eleições de 1985 e o nome mais forte proposto no Partido foi o do médico Jackson Lago que já era amplamente conhecido no meio político, até mesmo por sua afinidade com Leonel Brizola.

“Pensamos que o nome de Jackson Lago como do líder, seria o melhor nome para enfrentar os outros partidos, pois já achávamos que teríamos que enfrentar Fecury em 1985, pois nada estava decidido pelo TSE, ele [Jackson] seria aquele que poderia transformar a sociedade para um futuro promissor, fazendo de São Luis uma cidade melhor planejada, pois parecia na verdade mais uma cidade do interior do que uma capital de Estado.” (Julião Amin em entrevista)

Com isso, iniciava-se a luta para ver quem iria “representar” o poder em 1985, pois “qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ela está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.” (FOUCAULT, 2007, p. 14)



Foto 1 – Jackson Lago, o principal nome do partido

Essa percepção demonstra a “união” que havia dentro do partido em nome do candidato Jackson Lago, pois por ser “idealista” e um “trabalhista” que procura “defender” os interesses dos trabalhadores e das camadas populares e defendendo os “interesses” do Estado, pode-se dizer que ele era perfeito para comandar o partido nas eleições de 85.

“[...] o nome dele [Jackson] foi facilmente aceito por praticamente todos dentro do partido para ser o candidato. Aqueles que se opuseram, não foram pelo seu nome, mas por achar que era cedo demais para declará-lo o candidato. Nas primeiras

prévias do partido sequer apareceu outro nome, pois éramos unânimes na decisão. Ele foi aclamado pelos partidários sempre. Tanto foi a empolgação que a corrida eleitoral acabou começando muito antes da Convenção do partido para ratificar seu nome e do vice que por sinal, fui eu!” (Julião Amin em entrevista)¹⁰

Por ser médico, ex-deputado, já teria “experiência” suficiente para comandar a Prefeitura de São Luís e fazer as mudanças necessárias na cidade. Sua liderança parece ser incontestável, até mesmo por outras lideranças.

2. 3. Eleições de novembro: A democracia a favor do “Pedetismo”.

Podemos descrever que os jornais pesquisados, como o *Jornal Pequeno* e o *Estado do Maranhão* são periódicos que carregam nesta cidade o discurso mais ligado às alas política dissidentes. Nesta cidade o discurso de esquerda defendido pelo *Jornal Pequeno*, aconteceu, pois este notadamente se define como um jornal defensor do “povo” contra os opressores, já o jornal *Estado do Maranhão* carrega (ou pelo menos tenta) a idéia de um jornal que não “toma partido” na política ludovicense. Mas, como sempre pertenceu à família que domina o Estado a muito tempo, isso não pode ser levado em consideração, pois é um jornal que ataca todos os adversários do grupo e protege seus interesses. Neste capítulo podemos refutar essa idéia através das próprias notícias veiculadas periodicamente neste jornal.

Após o fim da “Ditadura Militar”, inicia-se a corrida política para ver quais os partidos políticos brasileiros que sairiam mais “fortalecidos”, ou seja, que passariam a ser aqueles que decidiriam politicamente sobre o Brasil. As eleições para as capitais brasileiras seriam esse “termômetro”. Era “o primeiro momento amplo de avaliação popular da transição democrática” (MENEGUELLO, 1998, p. 91) para os vários partidos brasileiros. Em São Luís, a campanha começa bem antes do próprio período eleitoral, e o campo de batalha eram os jornais, ainda como pré-candidatos.

O interessante, é que já no 1º de maio, dia do trabalhador, podemos ver já os primeiros passos dessa acirrada campanha. Textos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no *Jornal Pequeno* possibilitam interpretações para um posicionamento em conjunto com os partidos de esquerda. Como fica explicito neste trecho:

¹⁰ Em seguida Julião explica porque foi escolhido para ser o vice na chapa de Jackson, pois sua participação na Greve dos Bancários de 1985 acabou fortalecendo seu nome entre os companheiros do Partido que também faziam parte desse sindicato.

“[...] Mas não vamos nos iludir. Nada nos será dado. Tudo será conquistado, como sempre fora, às custas de muita luta. O governo da Aliança Democrática ao mesmo tempo que anuncia uma Nova República criando mecanismos que possibilitem novas instituições democráticas joga peso da desmobilização dos trabalhadores. Coloca a luta no plano institucional. E mantém o continuísmo. [...] Do golpe de 1964 à transição conservadora, foram 21 anos de luta e resistência, com momentos gloriosos e dramáticos. Na defesa dos interesses, da classe, diversos trabalhadores tomaram no campo e na cidade. Aos milhões, foram às ruas exigir os seus direitos na inesquecível campanha pelas Diretas Já!” (Jornal Pequeno, 1/05/1985)

Outras notas desse jornal também procuram demonstrar as preocupações de possíveis candidatos à prefeitura de São Luís, entre eles o próprio prefeito da capital, eleito de forma indireta, Mauro de Alencar Fecury, chamado pelos opositores de prefeito “biônico”, pela forma como chegou ao poder.

“A nossa força de trabalho é o funcionalismo público municipal. Dez mil pessoas, honestas, humildes e leais, homens e mulheres responsáveis pelo funcionamento da estrutura administrativa da Prefeitura de São Luís. A Universidade do dia do Trabalho pelo que significa a todos os povos, e pelo que representa a cada cidadão, no íntimo de sua consciência profissional, sensibiliza-nos a cumprimentar os trabalhadores que constroem, no dia a dia, as comunidades e seu bem estar social. Parabéns aos que exercem com humildade as suas profissões. Parabéns aos que exercem suas profissões à luz da cultura e da tecnologia. Parabéns a todos, que pela exigência da vida, contribuem com o futuro do nosso País.” (Jornal Pequeno, 1/05/1985)

Percebemos que a mensagem do Prefeito em nada agride ou coloca o Regime Militar o empecilho para o “ressurgimento” da “democracia” e das liberdades individuais. Como percebemos o prefeito não queria se expor contra os militares. Já o pré-candidato a prefeito de São Luís, Jackson Kepler Lago, em sua “mensagem de Jackson aos trabalhadores” se remete ao “trabalhismo” e tenta chamar o povo à luta:

“Amigos Trabalhadores:

Na passagem de mais um primeiro de maio, onde, no mundo inteiro, se comemora O DIA DO TRABALHO, desejamos expressar a todos os trabalhadores de São Luís e do Maranhão o nosso integral apoio às lutas que desenvolvem em todos os quadrantes da Capital e do Estado. Vivendo momentos difíceis, de esperanças frustradas, não podemos, contudo, desesperar. Temos, pela frente, tarefas gigantescas, que somente a união de todos os trabalhadores poderá realizar:

- conquista da Reforma Agrária;
- mudança do modelo econômico;
- fim do arrocho salarial;
- redução da jornada de trabalho;
- fim das desigualdades regionais;
- fim da corrupção, das mordomias e dos privilégios;
- constituinte livre e soberana que devolva ao povo o direito pleno de participar;
- independência e integridade nacional;

Sabemos que aí estão as velhas e novas elites associadas às multinacionais que gostariam de impor no Brasil o trabalho sem o salário e a democracia sem voto. É o momento, pois, de levantarmos a cabeça e darmos corajosos passos em frente. Unidos, haveremos de construir em nossa Pátria um mundo novo, soberano, justo, livre e humano.” (Jornal Pequeno, 01/05/1985)

Essas notas estão carregadas de interesses, pois “enquanto discurso (a linguagem) é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural.” (BRANDÃO apud SOUZA, 2007, p. 09). Se procura atender certos interesses, fazendo com que o leitor assimile o texto assim como ele foi proposto.

Notícias referente aos possíveis acordos políticos eram a todo o momento citadas nos jornais de São Luís. Uma para colocar em “xeque” certas candidaturas e outras para “exaltar” possíveis candidatos. Sempre procurando atingir o leitor (receptor) dessas notícias. “A *aceitabilidade*[...], concerne à expectativa do recebedor de que o conjunto de ocorrências com que ele se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e relevante, capaz, assim, de levar o receptor a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor.”(SOUZA, 2007, p. 10), levando também em consideração o momento em que se está vivendo, é a “*situcionalidade*” que “refere-se aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É, [...], a adequação do texto à situação comunicativa.” (SOUZA, 2007, p. 10)

“O interesse da Análise do Discurso não está no que o texto diz ou mostra, mas sim, em como e por que o diz e mostra [...], a Análise do Discurso interessa-se em explicar os modos de dizer, os modos de mostrar, os modos de interagir e os modos de seduzir” (PINTO apud SOUZA, 2007, p. 11). Essa é a tendência desta análise. Assim é visto nesta reportagem, intitulada de PMDB NÃO VAI APOIAR FECURY”,

“Nos bastidores da Câmara municipal falava-se num acordo entre o PMDB e a Frente Liberal, no sentido de que fosse apoiado Mauro Fecury para o cargo de prefeito eleito de São Luis em troca do apoio a candidato do PMDB ao governo do Estado.

Vários parlamentares do partido de Ulisses Guimarães, ouvidos pela imprensa, estranharam a notícia divulgada por uma emissora de TV do Maranhão. Esclarecem os peemedebistas que houve um encontro entre Ubirajara Raiol e membros da Frente.

Contudo, Ubirajara não estava falando em nome do partido e sim dando um palpite pessoal de sua autoria.

O PMDB estará reunido em convenção no dia 7 de julho, quando escolherá seu candidato à Prefeitura de S. Luis, figurando como postulantes ao cargo. Haroldo Sabóia e Jackson Lago. Ambos já estão fazendo campanha publicitária pelas ruas e praças da cidade, através planfetos pregados em paredes e em veículos que rodam pela cidade.” (Jornal Pequeno, 01/05/1985)

Isto demonstra que estas notícias oscilavam de acordo com os interesses do jornal com os dos possíveis candidatos. Essa análise deve “explicitar os diferentes *posicionamentos ideológicos* (ou posições enunciativas, ou, ainda, *lugares de fala*). [...] esses diferentes posicionamentos ideológicos dizem respeito às várias maneiras de se construir a representação de uma determinada prática social ou área de conhecimento, propostas pelos sujeitos que aparecem nos textos e que são assumidas, ou não, pelos participantes do evento comunicativo em curso” (PINTO apud SOUZA, 2007, p. 11). E isso fica muito explícito na seguinte notícia “MAURO FECURY MOBILIZA A POLÍCIA” ocorrida no *Jornal Pequeno*, que se remete ao aumento liberado pelo prefeito nas passagens de ônibus em São Luis,

“O Prefeito de São Luis, Mauro Fecury colocou a polícia nas ruas, com a finalidade de reprimir, o povo, espoliado pelo aumento das tarifas de ônibus concedida à porta fechada com as presenças apenas do próprio Prefeito e dos proprietários de transportes coletivos.

Para Jackson Lago, o prefeito biônico, Mauro Fecury, errou ao conceder o aumento exagerado sem consultar seus assessores, a Câmara municipal e as entidades democráticas que se encontram mobilizadas na discussão do grave problema do transporte coletivos [...]” (*Jornal Pequeno*, 08/05/1985)

Esta notícia demonstra esse uso da mídia escrita, como forma de propaganda política, e de arregimentar a sociedade, afinando seu discurso, ao dos políticos de acordo com os seus interesses. Como na manchete do *Jornal Pequeno* do dia 09/05/1985, intitulada: “Jackson Lago defende moradores da Vila Itamar e afirma: PRESIDENTE DA CAEMA NÃO RESPEITOU NEM O ENTERRO DE TANCREDO NEVES”, em que descreve a decisão do Presidente da Caema de expulsar e derrubar os “casebres” como uma violência contra as famílias que vêm do interior para a capital, sendo expulsas por grileiros apoiados pelo “governo”. Também faz críticas aos políticos Sarney Filho e Mauro Fecury por deixarem os moradores da Vila Itamar sem o apoio e proteção do poder municipal.

Os artigos do jornal começam a traçar as possibilidades de candidatos para o pleito. Nomes como: João Castelo, Gardênia Gonçalves (mulher de Castelo), Mauro Fecury (que poderia se tornar inelegível), Edivaldo Holanda, Haroldo Sabóia, Carlos Guterres, Jairzinho, Ricardo Murad e Jackson Lago se tornam os mais fortes para concorrer às eleições. Isso é claro, dependendo das negociações entre os partidos políticos. O certo, é que Jackson Lago acabou saindo na frente, pois já estava trabalhando nas

periferias da cidade aproveitando-se do fato de todos os outros ainda estarem em negociações, chegando a fundar comitês em cada bairro da cidade, mesmo antes que a “corrida” eleitoral tenha começado. Chegando o Jornal a dizer que dependendo das coligações o PDT seria a única candidatura oposicionista para o pleito de São Luís. (Jornal Pequeno, 09/05/1985).

Porém, as manchetes do *Jornal Pequeno* descrevem as possibilidades de vitória dos partidos. Que perpassam pela impossibilidade do então Prefeito Mauro Fecury, não concorrer às eleições de São Luís, ou por inelegibilidade ou por desistência¹¹.

“Pelos resultados das eleições de 1982, há um equilíbrio de forças entre os candidatos da Frente Liberal, PDS e PMDB, não sendo, porém, descartada a possibilidade de uma autêntica zebra com uma vitória do candidato do modesto PDT na eleição do Prefeito de São Luis.” (Jornal Pequeno, 10/05/1985)

Enquanto isso, as campanhas mesmo que não liberadas pelo TSE, correm à solta em todos os bairros da capital. O PDT, PMDB, PFL e o PDS, começam a se confrontar pelos bairros, inclusive com a participação do Governo estadual e da polícia contra os partidos. O PDT teve parte de sua campanha publicitária destruída em vários momentos pela Polícia militar e civil, muitos destes policiais ligados a partidos políticos da capital.

“[...] O candidato à Prefeitura de São Luis pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT -, médico Jackson Lago, denunciou, ontem, a ação de policiais militares que estão destruindo suas propagandas, Jackson responsabiliza como figura principal desse episódio o Governador do Estado, Luiz Rocha, e o Secretário de Segurança, Silva Júnior, que continuam permitindo uma péssima atuação da polícia na capital. A denúncia de Jackson Lago foi feita também na Rádio Educadora, quando classificou de terrorista a ação dos policiais. Apesar disso, ele deixou claro que não se intimidará e vai ampliar mais ainda sua campanha para prefeito, pois o povo saberá decidir com consciência pelo melhor nome para dirigir a cidade e não será uma ação direitista que vai barrar o caminho da verdadeira oposição. O candidato do PDT chegou a constatação de que parte da polícia esse tipo de ação, depois de entrar em contatos, ontem de manhã, com o proprietário de uma residência na Avenida dos Franceses, que havia pedido o muro para a propaganda pedetista. O morador, segundo ele, foi flagrado pelo dono da casa quando apagava o letreiro e foi identificado como soldado da PM, ‘Não podemos admitir isso, pois faz parte de uma ação terrorista, que não tem mais sentido’, diz Jackson Lago [...]” (Jornal Pequeno, 12/05/1985)

¹¹ Não houve inelegibilidade para Mauro Fecury, o que houve foi que o próprio candidato decidiu não participar do pleito, pois o TSE cogitou a impossibilidade de haver uma reeleição. A primeira indireta e a segunda direta em 1985. Mas o TSE decidiu que se o candidato saísse antes do prazo determinado poderia concorrer às eleições. Mas Mauro Fecury decidiu não concorrer às eleições de 1985 preferindo apoiar Gardênia Gonçalves do PDS.

Colocar essa questão de agressão como “terrorismo”, acaba levando a pensar que se trata ainda de elementos que ainda prevalecem do Regime militar. Assim como, se definir como “verdadeira oposição”. Pois, resgata a idéia de discurso marcado, pela defesa da liberdade, da moralidade, da eliminação de práticas de corrupção, pela ética na política, ou que pelo menos se respeite o pleito, as instituições, e principalmente os cidadãos, que são os verdadeiros detentores do poder de decisão política. São “as estratégias simbólicas adotadas pela Oposição” que seguindo “uma lógica dualista e maniqueísta” justamente para “desqualificar a autoridade do grupo político dominante [...]” (COSTA, 2006, p. 87)

Já no dia 19 de maio de 1985, já saía uma nota de que Neiva Moreira considerava Jackson imbatível para as eleições.

“A Candidatura de Jackson Lago é imbatível nas urnas, porque nasceu da esperança do Povo da Ilha Rebelde”, assim expressou-se o deputado Neiva Moreira, um dos mais bem conceituados jornalistas do Brasil, ao comentar, ontem, o quadro da sucessão da Prefeitura de São Luis.

Para Neiva Moreira, a candidatura de Jackson Lago está obtendo excelente aceitação nos bairros de São Luis, devido ao programa apresentado, cuja elaboração contou com a participação de lideranças populares sem comprometimento com figuras da política maranhense a não ser com as aspirações dos segmentos menos favorecidos da sociedade, por isto, ela é chamada de ‘CANDIDATURA DOS POBRES’.” (Jornal Pequeno, 19/05/1985)

As palavras “esperança do Povo da Ilha Rebelde” reafirma a idéia de discurso oposicionista. Uma “tradição política e história regional (re) inventadas pelo discurso oposicionista, instituído e instituinte dos imaginários sociais. Tradição de crítica e de luta que estaria encarnada e atualizada nas idéias e nas práticas das oposições, que se auto-representava enquanto legítima herdeira desse passado heróico e combativo: [...] em suma, em toda e qualquer prática política e cultural dos soldados da Liberdade (mas também das patentes superiores desse exército imaginário).” (COSTA, 2006, p. 92)

É claro, que está concepção não era bem aceita pelos outros partidos, como fica explícito, no Jornal *Estado do Maranhão*, em que é clara, a preferência por Jaime Santana. Em uma de suas notas percebemos como eram tratados os pensamentos do PDT: “O PDT de Brizola quer mesmo estender o socialismo moreno às 23 capitais brasileiras. [...] O governador Leonel Brizola, que pelo menos, teoricamente, acredita num trabalho que nasce das bases, [...]” (Jornal O Estado do Maranhão, 05/05/1985)

Nas palavras “socialismo moreno” está a forma com que o jornal usou para “desdenhar” das idéias do Leonel Brizola. A mesma notícia sobre Neiva Moreira é modificada deixando de fora as próprias palavras do Deputado. Como ficou neste trecho,

“Reforçar a candidatura do ex-deputado estadual Jackson Lago à prefeitura de São Luis pela Legenda do Partido Democrático Trabalhista é o principal objetivo da visita que o ex-deputado federal Neiva Moreira realizará a esta capital neste fim de semana. [...] Aqui, manterá contatos com líderes políticos e trabalhistas, a quem expressará o apoio do Governador Leonel Brizola à candidatura de Jackson Lago à prefeitura de São Luis, cuja campanha já está nas ruas da cidade há aproximadamente um mês.” (Jornal O Estado do Maranhão, 17/05/1985)

Essas formas diferenciadas de discurso, prova que “todo gênero de discurso visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa.”(MAINGUENEAU apud SOUZA, 2007, p. 15) “Segundo ele (MAINGUENEAU), nos diferentes gêneros do discurso já se determina de quem parte e a quem se dirige a fala. *O lugar e o momento legítimos* têm como base o fato de todo gênero do discurso estar implicado a um certo lugar e um certo momento.” (SOUZA, 2007, p. 15)

Assim, durante os meses de junho, julho, agosto e setembro, a campanha política ganha ares de guerra, houve tiroteios, agressões, destruição de materiais publicitários, difusão de boatos contra os candidatos em vários bairros da cidade. Após as consolidações dos candidatos e vice, e das coligações os partidos acirraram as lutas. Quatro candidatos saíram na frente, Jaime Santana, Gardênia Gonçalves, Jackson Lago e Haroldo Sabóia, o primeiro pelo PFL, o segundo pelo PDS, PDT e PMDB. Além de outros candidatos que não detinham grande participação nos meios populares, como Manoel Ribeiro, do PTB, e o do PT.

A Campanha a partir daí se desenrola entre estes candidatos. Nos Jornais, podemos perceber claramente as preferências. Enquanto o *Jornal Pequeno* demonstra oscilar entre Haroldo Sabóia e Jackson Lago o *Estado do Maranhão* é declaradamente Jaime Santana, pois este era apoiado por Sarney Filho.

“A convenção do partido fervilhou, havia muitos militantes, todos para apoiar a candidatura do Jackson Lago, pois sua recepção nos bairros eram calorosas, mas o partido ainda não tinha o vice, o meu nome ganhou força na greve dos bancários de agosto de 1985, e logo o próprio partido indicou meu nome. Me lembro que houve alguns votos contra, mas não me lembro bem.” (Julião Amin em entrevista)

Com a campanha nas ruas, tudo parecia um “vale-tudo”, até a mulher do candidato Jackson Lago sofreu agressões por partidários de outros candidatos. O próprio PDS e PFL se acusavam pelo ocorrido.

As brigas eram tantas que o governador e o TSE organizaram um verdadeiro esquema de segurança para o dia 15 de novembro. Até com auxílio de tropas federais.

Enquanto o partido PDT começava a perceber que o candidato Jaime Santana e Gardênia Gonçalves estavam ganhando muita força e apoio de vários bairros, percebiam também a estagnação da campanha “Pedetista” e o conseqüente enfraquecimento dos apoios públicos. Foi a hora de se buscar auxílio fora do Estado, primeiramente, o partido trouxe Darcy Ribeiro, que possibilitou uma maior exposição nas mídias escritas. Porém a participação de Alcione e Raimundo Fagner na campanha de Jaime Santana do PFL levou cerca de 100 mil pessoas em um de seus comícios.

Isso mostrou a grande quantidade de dinheiro que era empregada na campanha, os candidatos “oposicionistas” Jackson Lago e Haroldo Sabóia passaram a criticar abertamente o abuso de dinheiro na campanha. Pedindo que os candidatos Jaime Santana e Gardênia Gonçalves agissem de forma ética respeitando a vontade popular.

A vinda de Leonel Brizola, então governador do Rio de Janeiro para fortalecer a campanha do PDT, foi um verdadeiro “estardalhaço” para Haroldo Sabóia, e causou estremecimento para Jaime Santana e Gardênia Gonçalves. Pois todos os jornais passaram a acompanhar os passos de Brizola na capital. O *Jornal Pequeno* assim intitula a passagem de Brizola pelo Maranhão: “Comício do PDT lota a Deodoro”

“Milhares de pessoas participaram, ontem, do comício do PDT na Praça Deodoro que contou com a presença do governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro; do deputado Cafeteira, Neiva Moreira, Wagner Lago e líderes de bairros. Brizola, muito otimista, afirmou que a vitória de Jackson Lago, está consolidada, sendo delirantemente aplaudido.” (Jornal Pequeno, 12/11/1985)

Já no Jornal *Estado do Maranhão* também houve uma grande cobertura no jornal, primeiramente dizendo que Brizola não viria a São Luís, para não se desgastar na campanha de Lago, já que estavam sabendo das últimas prévias eleitorais e saberia que não haveria mais chances de uma vitória em São Luís, mas que logo foi mudada com uma nova notícia intitulada de “Êxito de Jackson causa preocupação a comitê de Sabóia”

“A vinda a São Luis do Governador do Rio, Leonel Brizola, contribuiu para elevar mais ainda a alta temperatura do comitê eleitoral do candidato do PMDB, Haroldo Sabóia, Hoje marcado por sérios desentendimentos. Ultrapassados pelo candidato do PDT, Jackson Lago, na preferência do eleitorado, segundo todas as pesquisas até agora divulgadas, [...]” (Jornal Estado do Maranhão, 12/11/1985)

Esse comício que contou com a participação de cerca de 70.000 pessoas¹² e as passeatas feitas no centro de São Luís com milhares de pessoas trouxeram novos ânimos para todos os opositoristas trabalhistas. Com exceção do PMDB de Haroldo Sabóia, Jaime Santana e Gardênia não sofreram tanto com a vinda de Brizola, mas se preocuparam com a capacidade de arregimentar pessoas que poderiam ser torna votantes do PDT.



Foto 2 –Comício do PDT em São Luis com participação de Leonel Brizola com milhares de pessoas assistindo.

Fonte: O Estado do Maranhão /1985.

Mas mesmo com a vinda de Brizola, o Jornal *Estado do Maranhão* libera uma pesquisa do instituto Gallup/Globo, dias antes da eleição. Essa Pesquisa volta a trazer Jaime Santana em primeiro, seguido por Gardênia e Jackson. Mais uma vez as oposições voltaram a contestar essa pesquisa, dizendo que estas pesquisas eram tendenciosas à favor de Jaime Santana, com perguntas que influenciavam as pessoas a responder sempre a favor do candidato do PFL, como ocorreu com as outras anteriores.

Essas pesquisas às vésperas da eleição poderiam influenciar a parte dos indecisos, ou aqueles que estivessem sem candidatos, era um problema para os candidatos que estavam intermediariamente na campanha, pois há uma tendência em sempre apoiar aqueles que estiverem à frente nas pesquisas.

¹² Valor estimado pelos próprios partidários do Partido Democrático Trabalhista.

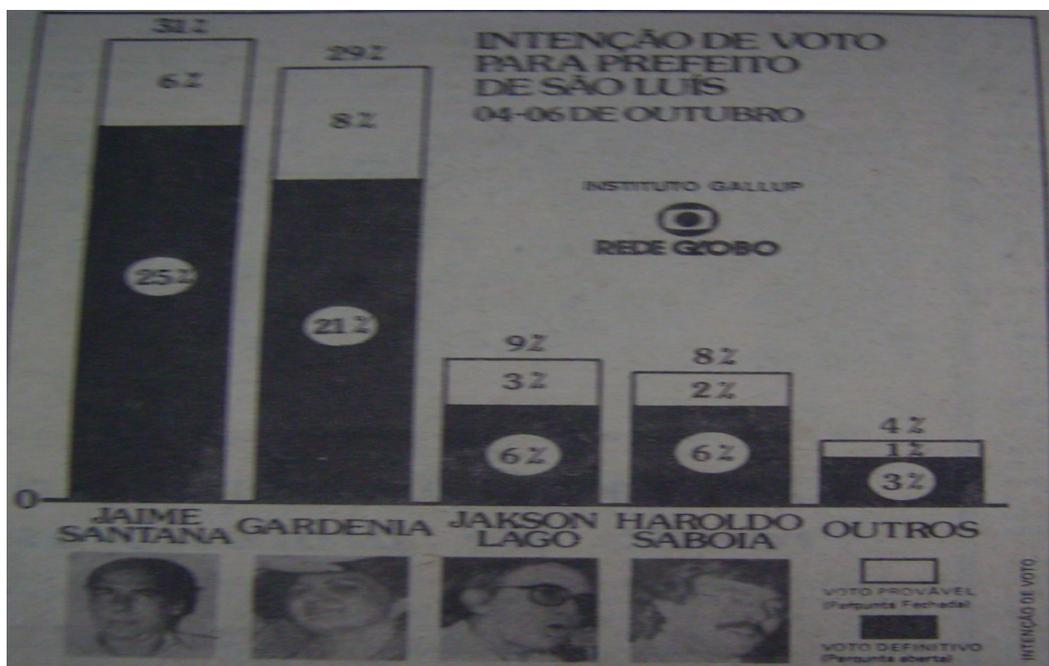


Foto 3 – Resultado de pesquisa eleitoral nas vésperas da eleição de 15 de novembro.

Fonte: O Estado do Maranhão/ 1985.

No dia 14 de novembro de 1985, os jornais falavam das eleições, mas acima de tudo dos candidatos ao pleito, seus anseios para aquele dia. O *Jornal Pequeno* tem como título “Governador diz que Jackson será Prefeito de São Luís”, mas não era o governador Luiz Rocha (que por sinal foi colocado sua foto ao lado da notícia) e sim o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. O próprio jornal já descreve o candidato Pedetista como a opção mais forte das oposições para o pleito do dia seguinte. O *Jornal Estado do Maranhão*, já dava como certa a vitória de Jaime Santana, dizendo “Jaime venceu!”, com foto de um dos seus grandes comícios. Além, de falar do voto do então Presidente da República José Sarney, que seria para o candidato Pefelista¹³.

Porém, os dias seguintes demonstraram que as coisas não seriam assim. No dia 15 de novembro, houve muita campanha ainda nas ruas para conseguir os últimos votos e a votação se deu até com certa calma. Os jornais defendiam seus candidatos considerando-os como vencedores.

¹³ Pefelista quer dizer pessoas ligadas ao Partido da Frente Liberal, ou seja, PFL.

O próprio Jackson Lago por meio de uma carta intitulada “Carta ao povo de São Luis” assim descreve:

“[...] Estou seguro de que a Oposição vai vencer. E não podia ser de outro modo. Sofremos 20 anos, de opressão, de fome, de desemprego, de grilagem no campo e na cidade, e achatamento salarial, de deterioração dos serviços públicos essenciais, de repressão ditatorial.

As forças que ajudaram a consolidar o regime responsável por tudo isso e que nele estiveram metidos até o seu ocaso aparentam em São Luis uma falsa divisão, para tentar com uma candidatura ou outra, permanecer no controle da Prefeitura.

O nosso povo conhece bem toda essa gente e suas responsabilidades na situação degradante de angústias, sofrimentos e desesperança em que vivemos. Seria um contrasenso. Mais que isso: um suicídio político que nos equivocasse-mos votando em qualquer uma das duas candidaturas remanescentes do sistema ditatorial que o Povo está lutando para sepultar.

Por isso confiamos. E entregamos, com o companheiro Julião Amin, nossas candidaturas à decisão do povo, na certeza de que a Oposição, revigorada, melhor estruturada e com uma visão otimista, nas urnas, a 15 de novembro, a audaciosa tentativa do malufismo e do continuísmo de se manter na direção da mais livre, independente e rebelde capital brasileira.” (Jornal Pequeno, 15/11/1985)

Interessante que nesta carta, se traz a tona a idéia de Ilha Rebelde que não aceita a intervenção de grupos alheios a tradição regional, que destroem a sociedade ludovicense, que impede a prosperidade. Além é claro, torna a defender a idéia de o candidato Pedetista seria a salvação para a “Ilha Indomável”.

Após toda a soma dos votos fica-se declarada Gardênia Gonçalves candidata do PDS como a vencedora do pleito e prefeita de São Luís, desse resultado, o Jornal *Estado do Maranhão* fala com “desdém”, procurando de alguma forma tirar o feito da candidata do PDS. Apenas no dia 19 de novembro de 1985 é que o jornal comenta as eleições.

“Quem mais cresceu no pleito do dia 15 foi o Partido Democrático Trabalhista, de Jackson Lago e Neiva Moreira. Em 1982, a votação do PDT foi irrisória: 3.356 votos. Este ano, passou para 29.137, num crescimento de mais de 900 por cento. A dúvida dos analistas qual o percentual de votos que se deve à legenda e ao candidato, e qual a que deve ser creditada ao apoio que Jackson Lago recebeu do deputado Eptácio Cafeteira.” (Jornal Estado do Maranhão, 19/11/1985)

Por fim, solta uma nota sobre a vitória de Gardênia, chamada de “A voz das urnas”, em que valoriza a derrota de Jaime Santana e “desdenha” a candidata vencedora.

“[...] num pleito difícil, em que a vantagem sobre o adversário mais próximo não pode, jamais, ser confundida com triunfo. Credencia-se, ela, de toda maneira, a exercer um mandato conquistado livremente, com os instrumentos dos quais julgou conveniente valer-se. Pode-se argumentar que, com a aquiescência de pouco mais de um terço do eleitorado de São Luis, a Senhora Gardênia Gonçalves está longe de representar a vontade do povo são-luisense. [...] Pode-se, hoje,

constatar, à luz do entendimento da maioria, que a Capital do Maranhão necessita de dirigente com qualidades que talvez falem à candidata do PDS. [...] Desse modo, e demonstrando que a sua eleição não se assenta na soberba de ser um simples trampolim para o ambicioso e pessoal projeto político do Senador João Castelo [...]” (Jornal Estado do Maranhão, 19/11/1985)

Isso demonstrou um fortalecimento do PDT, é claro que não ganhou a eleição, mas começou a elaborar os passos para sua vitória em 1988 e levar assim, Jackson Lago ao comando da prefeitura de São Luís, basta que, os outros possíveis candidatos cometam seus erros e destruam suas campanhas para 88.

3. A SEDE DE PODER E A VONTADE DE FAZER: A VITÓRIA “LAGUISTA” EM 1988.

3. 1. O Brasil e o Maranhão pós 85.

O Brasil após 15 de Janeiro de 1985 começa um processo de redemocratização ao eleger seu primeiro presidente ainda de forma indireta decidida pelo Congresso (a emenda Dante de Oliveira, que propunha a eleição direta para presidente não conseguiu ser aceita). Porém, a doença de Tancredo Neves que lhe tirou a vida, não possibilitou que assumisse o cargo, que ficou nas mãos do vice, o maranhense José Sarney.

Com isso, o presidente José Sarney acabou diminuindo a edição de Decretos - lei, o que fortificou o Congresso Nacional, pois passou a ter maior poder de decisão. Neste momento, começa a surgir debates sobre a possível convocação de uma Assembléia Constituinte, pois era necessário um novo texto constitucional. Essa foi instalada em fevereiro de 1987, estendendo-se até outubro de 1988, entre as alterações houve o aumento do mandato do presidente Sarney por cinco anos. A nova constituição promulgada significou um passo muito importante para a redemocratização do país. Mas, apesar desse avanço a economia significava um grande problema para o Brasil.

As taxas de inflação que chegava a mais de 1000% destruíam o poder de compra dos salários, e a população apoiada pelo governo começou a fiscalizar estabelecimentos que comercializava produtos acima da tabela (havia tabelamento de preços).

No Maranhão, o governo estava nas mãos de Eptácio Cafeteira, que após apoiar Jackson Lago do PDT à prefeitura de São Luís e vê-lo terminar a eleição em terceiro lugar, atrás de Gardênia Gonçalves do PDS e Jaime Santana do PFL. Sairia candidato ao Governo do Estado, recebendo agora o apoio do PDT e de Jackson Lago.

Para o PDT esta aliança com Cafeteira significava duas coisas, primeiro a possibilidade de chegar à prefeitura ainda em 1985, coisa que não aconteceu. Por conseguinte, significaria caso Cafeteira ganhasse as eleições para o governo um crescimento significativo do “Pedetismo” em todo o Maranhão.

Como Cafeteira tinha ganhado o pleito em 1986, vários líderes “Pedetistas” participaram do governo estadual, o próprio Jackson Lago se tornaria o Secretário de Saúde do Governo Estadual, além deles, muitos integrantes do partido ganharam cargos de menor escalão.

“[...] o acordo político de Jackson com Cafeteira, foi muito bom para o partido. Não ganhamos as eleições, mas conseguimos através da vitória de Cafeteira dar maior poder ao partido. Alcançamos vários municípios, conseguimos dar uma infra-estrutura melhor ao partido e nos preparamos melhor para atingir nosso objetivo de chegar à prefeitura.” (Julião Amin em entrevista)

Assim, o fortalecimento do PDT se tornou possível. O próprio Jackson Lago, então Secretário de Saúde, procurou através das melhorias de acesso a saúde, criação de programas de odontologia para as comunidades carentes, reforma e ampliação dos hospitais da capital, implantação de um melhor sistema de atendimento ambulatorial entre outras mudanças que fizeram sua imagem perante a população se tornar melhor, principalmente a população mais “carente” de São Luís.

A participação do PDT no Governo Cafeteira que era composto de vários partidos como PFL, PMDB, PTB, por outro lado, causava problemas justamente pelo não posicionamento do PDT acerca de apoiar ou não a indicação de Cafeteira ao governo de São Luís. O que era certo para todos era que se deveria atacar o governo de Gardênia Gonçalves, procurando minar suas possibilidades de se candidatar novamente, após se desligar do cargo antes do pleito.

Quando Gardênia, candidata do PDS venceu as eleições de 1985 para São Luís não conseguiu governar a cidade, pois ficou isolada politicamente. Após assumir o cargo enfrentou vários problemas, relacionados com greves, corrupção, aumentos de passagens que afetavam a população da Capital.

Um dos fatos que mais causaram problemas para a Prefeita foi a revolta dos funcionários públicos, que chegaram a incendiar a Prefeitura de São Luís. Esse evento causou muitos problemas para a Prefeita, mas, sobretudo trouxe muitos dividendos para os “Oposicionistas” da Prefeita.

Essas “oposições” passaram a atacar as atitudes da Prefeita Gardênia Gonçalves principalmente as que envolviam aumentos de passagens, o PDT assim como os outros partidos como PFL, PMDB, PT começaram a defender o “povo”. No *Jornal Pequeno* podemos perceber a reportagem da seguinte forma “PDT condena aumento de tarifas”

“A Comissão executiva do Diretório Municipal de São Luis, sente-se no dever irrecusável de repudiar o aumento abusivo e escorchante dos transportes coletivos de São Luis, decretado pela Prefeita Municipal, Sra. Gardênia Castelo Ribeiro Gonçalves, com o respaldo dos vereadores integrantes da comissão tarifária da Câmara Municipal de São Luis. Apóia a Comissão Executiva Municipal todas as formas de pressões exercidas legitimamente pela população como maneira de

derrubar o aumento injusto e discriminatório concedido pela Prefeitura Municipal de São Luís com o aval dos vereadores da Comissão Tarifária. Rejeita o PDT Municipal este aumento injusto e cruel com percentuais absurdos e que fogem à realidade da bolsa popular, sem o estabelecimento de uma planilha confiável e ao sabor inteiro dos donos de empresas de ônibus, os maiores beneficiados com os sucessivos aumentos dessa natureza que já somam um número de três no corrente ano.” (Jornal Pequeno, 08/04/1988)

Mas não foi somente esse tipo de problema que a Prefeita teve que enfrentar, pois o PDT se organizou para cobrar ainda mais atitudes da Prefeitura Municipal, agora com a participação de vários segmentos sociais, como os sindicatos de professores, bancários, e entidades estudantis, sendo noticiado da seguinte forma:

“Em posse do volante ‘O povo não é jumento para aceitar mais aumento’, a comissão executiva do Diretório Municipal do PDT estará patrocinando, a partir, de amanhã, dia 4, em toda a cidade de São Luís, uma campanha visando divulgar junto à população um documento que será entregue à Prefeitura e à Câmara Municipal para se pronunciarem, oficialmente, sobre os sucessivos aumentos de transportes coletivos que estão sendo impostos à bolsa popular.” (Jornal Pequeno, 03/05/1988)

Nesta campanha, além de demonstrar para a população que se coloca a seu favor, na luta por tarifas de transportes coletivos mais acessíveis, também propõe mudanças serias no sistema de transporte da ilha. Entre as mudanças podemos descrever: cumprimento da lei do idoso, passagem gratuita para menores de 7 anos, criação de uma empresa de transporte coletivo da prefeitura de São Luís, fixação de itinerário das linhas de ônibus, etc. Além disso, o próprio PDT chegou a denunciar que a Prefeita agia como sócia das empresas de ônibus, o que causou problemas para a Prefeita que teve de se explicar. O embate feito pelos jornais procura atingir os grupos que se utilizam desse sistema de transporte, “*o lugar e o momento legítimos* têm como base o fato de todo gênero de discurso estar implicado a um certo lugar e um certo momento”(SOUZA, 2007, p. 15), buscando atingir grupos de interesses.

Esses grupos seriam aqueles que iriam se consolidar entre o “grupo de interesse” do partido na sociedade, fazendo com que seu “discurso” chegue às populações carentes de São Luís, pois é “*princípio de interação* que define o ato de linguagem como um fenômeno de troca entre dois parceiros que se encontram em uma relação interativa, não simétrica, pelo fato de estarem engajados, cada um por sua vez, em dois tipos de comportamentos cognitivos, que dão lugar a um duplo processo de intercompreensão: por um lado, verifica-

se um *processo de emissão-produção do discurso*, por outro lado, um *processo de recepção-interpretação do discurso*.” (SOUZA, 2007, p. 19)

“Sabemos que qualquer texto é carregado de subjetividade, e com a imprensa não é diferente. Enquanto formadora de opinião, sabe que tem a capacidade de construir e ‘alimentar’ a opinião pública com notícias que são interessantes, em determinado momento. Outro aspecto que merece destaque é o poder da imagem, da fotografia [...] sem esquecer que às vezes a imagem dispensa o texto.” (PACHÊCO FILHO, 2001, p. 29), composto também da mídia visual e das rádios de São Luís.

É através dos jornais que vemos como se dão os conflitos ideológicos partidários neste trabalho.

3. 2. Lutas internas ou nome certo? Lago na cabeça.

Durante as lutas internas nos partidos para saber quem seriam os candidatos para concorrer ao pleito de 1988, na esfera federal se pensava como ficariam as eleições para prefeitos. A idéia é que fosse apenas um mandato tampão de dois anos, para que houvesse uma coincidência sobre as eleições, mas essa idéia acabou não vingando em virtude de ficar uma eleição muito longa para todos os cargos. Ficou assim definida que haveria eleição para vereadores e prefeitos e que seus mandatos seriam de quatro anos.

NO PDT o nome de Jackson Lago era novamente o mais forte, não mais por ser aquele ligado ao diretório nacional, próximo de Leonel Brizola, mas pelo trabalho que vinha empregando na Secretária de Saúde do Estado, pela infra-estrutura que o partido adquiriu, até mesmo pela exposição do “Pedetista” nos meios de comunicação, além do apoio de vários partidários.

“[...] Jackson foi sempre um nome muito forte para o partido, ajudou no fortalecimento do partido, na expansão, e na consolidação dos ideais pedetistas. Isso ajudou a crescer o número de militantes, além de outros políticos que acabaram engrossando o PDT no Maranhão.” (Julião Amin em entrevista)

Vários partidários do PDT se enfrentavam no diretório regional, entre eles o Presidente do Diretório Regional Léo Costa e o deputado Juarez Lima, mas não pela candidatura e sim, pela possibilidade de contar com o apoio do Governo do Estado. Porém, isso foi logo resolvido com a intervenção de Jackson Lago.

Assim, mais uma vez tem-se o nome para concorrer às eleições municipais, porém era necessário fazer coligações e tentar manter o apoio de Cafeteira. A primeira tarefa se tornou mais fácil, mas a segunda ficava cada vez mais difícil, pois Cafeteira estava se organizando com Sarney Filho do PFL entre outros.

“Como já tínhamos certeza do nome de Jackson, precisávamos tentar segurar a divulgação o máximo possível, pois não queríamos passar pelos mesmos problemas de 85. Isso foi um problema, pois vários partidários tentaram usar os jornais para colocar seus nomes em exposição na tentativa de ver a possibilidade de ser vice, ou até mesmo tentar lançar seu nome nas prévias do partido. Mas isso na prática serviu para proteger o nome de Jackson até a decisão final do Diretório municipal.” (Julião Amin em entrevista)

Mas vários nomes tentaram se lançar como candidato a Prefeito, um deles foi o Deputado Estadual Pedro Vasconcelos, mas seu envolvimento com um escândalo de corrupção contra o INPS, envolvendo “seguros acidentes” dos jogadores do Sampaio Corrêa. Esse escândalo eliminou qualquer possibilidade de concorrer ao pleito.

Além desse nome no PDT, os outros partidos políticos começaram a se organizar. O nome de Edivaldo Holanda novamente volta à tona pelo PL (Partido Liberal) para concorrer às eleições municipais de São Luís. Carlos Guterres também começa a cogitar sua candidatura para São Luis, pelo PMDB. O interessante é que Carlos Guterres também era Secretário do Governo do Estado, ocupando o cargo da SEDEL (Secretária de Desportos e Lazer).

O PDT temendo problemas com Pedro Vasconcelos resolve expulsá-lo do Partido para não atingir a campanha de Jackson. No dia 05 de maio de 1988, o PMDB resolve ratificar a campanha de Carlos Guterres para a Prefeitura, sendo considerado pelos correligionários como “o mais legítimo representante do partido para disputar o pleito de novembro”, apoiado pelo então Governador Epiácio Cafeteira.

Neste ponto, a “Aliança Democrática” proposta pelo governador já não interessava mais e os partidos se lançaram a tentar campanhas próprias. “[...] as declarações, pró e contra dos candidatos, serão sempre divulgados na primeira página, reservado-se os espaços internos às declarações de menos importância, exceto os editoriais, que sempre virão fortes contra o governo. [...] Note-se sempre na primeira página, a notícia que vai projetar o jornal e , conseqüentemente, formar a opinião pública” (PACHÊCO FILHO, 2001, p. 30 e 31)

No *Jornal Pequeno* podemos perceber como se usava a notícia:



Foto 4 – Capa do *Jornal Pequeno* descrevendo um possível atentado.
Fonte: *Jornal Pequeno*, 20/05/1988

Essa capa procura demonstra num primeiro momento um possível ataque ao “Pedetista” Jackson Lago, mas na verdade se trata de uma notícia dos EUA, quando um casal tentou matar um homem chamado de Jackson James. Isso demonstra a tentativa do Jornal de esquerda de “difamar” os partidos contrários a essa candidatura. Assim seria a campanha eleitoral de 1988, cheia de notícias de “exaltação de virtudes” ou de que “denigrem” os candidatos.

3. 3. A Campanha de 88: representações sobre o pleito.

Os partidos políticos começam a negociar possíveis coligações, para isso, vários deles esperaram o posicionamento do então governador Eptácio Cafeteira, para saber como ficariam as coligações partidárias. As “brigas” através dos jornais começaram quando possíveis candidatos começaram a “plantar” notícias de possíveis candidaturas nos jornais locais.

Além disso, começaram a surgir várias denúncias contra a Prefeita de São Luís, uma delas feita pelo próprio Secretário de Saúde Jackson Lago, intitulada de “Onde está o dinheiro? SECRETÁRIO COMPROVA REPASSE DO SUDS AO MUNICÍPIO”, que foi noticiada pelo *Jornal Pequeno* no dia 22 de Abril de 1988.

“A Secretária Municipal de Saúde recebeu do SUDS, no mês passado, a importância de Cz\$ 75 milhões, 958 mil e 224, conforme depósito feito através do cheque 404626 mostrado, ontem, à imprensa pelo secretário Jackson Lago. [...] Ao prestar essa informação, Jackson Lago desfez as informações de que até o momento não havia sido feito repasse de verbas do SUDS para o Socorrão. Segundo o secretário, se não houve realmente esse repasse então agora a Prefeitura Municipal e a Secretária Municipal de Saúde deverão tomar as providências com vistas a esclarecer melhor o destino dos recursos. [...] Jackson Lago lamentou o comportamento que muita gente responsável por esse setor já teve, pois o administrava pensando em benefícios pessoais e eleitorais.” (Jornal Pequeno, 22/04/1988)

Por outro lado, o *Jornal Estado do Maranhão*, procurava a qualquer forma “minar” o nome de Jackson Lago para o pleito de 15 de novembro ou pelo menos dificultar sua possível campanha. Em uma de suas notícias descreve da seguinte forma o possível apoio do PMDB ao PDT, “CID afirma que PMDB não dará apoio a Jackson Lago”, isso se deve ao fato do Deputado Cid Carvalho preferir lançar candidatura própria do PMDB se coligando possivelmente com o PFL, de Sarney Filho.

“Se o PMDB renunciar a uma candidatura própria e eventualmente apoiar a candidatura de Jackson Lago, por exemplo, estará dizendo à sociedade de São Luís que nada tem a oferecer. E se há um partido que tem a oferecer, pela sua história, pela sua importância nacional e regional, esse partido é o PMDB. [...] Em São Luís, por exemplo, sinto que se tem candidatura de Jackson Lago como muito forte, resta saber o que as bases do nosso partido pensam sobre isso.” (Jornal Estado do Maranhão, 01/03/1988)

Essa notícia ficou ainda mais explícita com a seguinte charge de Cabral, expondo como ficou Jackson Lago com esse pronunciamento. Pois dificultava possíveis coligações do PDT.



Foto 5 – Charge de Cabral expondo o deputado Cid Carvalho tentando derrubar Jackson Lago.

Fonte: *Estado do Maranhão*, 01/03/1988

No dia 09 de junho o então Secretário de Saúde, Jackson Kepler Lago, anunciou que em julho iria se desincompatibilizar do cargo, para concorrer à Prefeitura de São Luís e acrescentou a reportagem: “[...] Tudo vai depender da vontade do seu partido, o PDT. Se for este o único óbje impeditivo, então já podemos ver Jackson em campanha.” (Jornal Pequeno, 12/06/1988)

No dia 15 do mesmo mês, na parte do jornal intitulada de “*últimas da política*”, fica claro a posição dos “Pedetistas”

“Um adepto do Secretário de Saúde do Estado e “prefeiturável” Jackson Lago não gostou da declaração governamental de que ele, juntamente com Carlos Guterres e Mauro Fecury eram pessoas “confiáveis” dentro do esquemão situacionista. Esse pedetista descontente entende que, se Jackson não tomar uma atitude, poderá ficar mal junto a seu grande eleitorado. [...] Caso Jackson Lago venha mesmo a receber o apoio oficial para disputa do cargo de prefeito, tem gente do PFL que poderá sofrer um infarte e... puft! É demais para quem jamais aceitaria nem mesmo a simples aproximação política.” (Jornal Pequeno, 15/06/1988)

Após 30 de julho a campanha se inicia para os partidos políticos, vários já com nomes definidos. Cafeteira ainda tentou manter Jackson à frente da SUDS, mas este já tinha traçado seus planos para concorrer às eleições de São Luís. Um acordo entre Magno Bacelar do PL (Partido Liberal) e Jackson Lago do PDT consolidou a chapa “União da ilha” para concorrer às eleições, composta pelos partidos PDT, PSDB, PC do B, PCB e PMR.

Carlos Guterres se lança candidato pelo PFL, PMDB com Nan Souza como vice na chapa “Aliança Democrática”, entre os outros candidatos temos José Heluy pela chapa “FREDUPO”, Jairzinho pelo PDS e Edivaldo Holanda pelo PL. “A ‘nossa’ tradição política nos mostra que os votos são do governante de plantão e não do partido político.” (PACHÊCO FILHO, 2001, p. 35), mas nesse caso de 88, o governador Epitácio Cafeteira tentara fazer com que sua influência e “seus votos” pudessem migrar para Guterres, não sabendo que com a “abertura política” e a “Diretas Já!” a sociedade estará pensando de forma diferente.

Agora Cafeteira e Jackson se vêem de lados opostos da política, depois de um longo período de “amizade política”, mas nada impede que em outras ocasiões eles voltem a se unir, pois “[...] em política não existe a palavra impossível e tanto isso é verdade que a história registra inúmeros casos de reaproximação de velhos adversários. E, isso sempre ocorrerá todas as vezes em que houver interesses convergentes” (FONSECA, 1988, p. 06)¹⁴

A campanha segue então com agressões, difamações entre os candidatos, mas claramente é visto que alguns candidatos atacavam mais alguns que outros.

O ápice da campanha foram mesmo os meses de setembro, outubro e novembro, em que os “choques” se tornam mais fortes. As agressões passaram a ser pessoais deixando de lado as propostas que seriam mais interessantes no pleito.

No jornal *Estado do Maranhão* as reportagens foram feitas sempre para exaltar o candidato Carlos Guterres e “agredir” seu principal concorrente. Quanto aos outros candidatos apenas algumas pequenas notas são lançadas, com exceção de Jairzinho que sempre atacava “ferozmente” o candidato “Pefelista”.

O candidato “Pedetista” passou a contar com o apoio de vários deputados federais, entre eles os antigos concorrentes Haroldo Sabóia (dissidente do PMDB), Jaime

¹⁴ Ribamar Fonseca, jornalista do Jornal *Estado do Maranhão*, em seu artigo chamado “O fim de uma velha amizade”, de 09/11/1988.

Santana (PSDB) e José Carlos Sabóia (PSB). Já o candidato Jairzinho do PDS, passou a contar com o apóio explícito do Senador João Castelo.

Enquanto isso, o candidato “Pefelista” através do *Jornal Estado do Maranhão* procurou acusar o candidato Jairzinho de atuar para causar tumultos nos eventos de Guterres, sempre se utilizando de “grupo de invasores insuflados” para atingir seus objetivos.

Cafeteira então resolve fazer um pronunciamento no horário eleitoral em prol de defender seu candidato das acusações do PDT e PDS, colocando seu prestígio na eleição de Carlos Guterres.

“Na entrevista coletiva que concedeu à imprensa segunda-feira, Cafeteira desafiou o candidato da União da Ilha, Jackson Lago, a dizer, durante o programa eleitoral do TRE, o que autoriza o seu candidato a vice. – Magno Bacelar – a recitar. “Ele conhece meu governo por dentro. Sabe como as coisas acontecem no meu governo. É, portanto, a pessoa mais indicada para falar sobre a minha administração” – disparou.” (*Jornal Estado do Maranhão*, 09/11/1988)

Assim, após as declarações de Cafeteira surge uma grande denúncia. No dia 10 do mês de novembro, Jackson Lago foi acusado de corrupção enquanto estava no cargo de Secretário de saúde. O candidato de Cafeteira, Carlos Guterres fez as declarações de um possível “furto” na Secretária de Saúde, enquanto o candidato Jackson Lago estava no cargo.

O ato corresponde ao possível sumiço de remédios e de um gabinete odontológico. Está reportagem saiu exposta na primeira página do *Estado do Maranhão*, intitulada, “Guterres: Desonesto é Jackson”, além disso, ainda havia um texto intitulado, “A União da lama contra a Ilha”.

“Jackson Lago desviou um gabinete odontológico e grande quantidade de remédios, enviada pelo Governo Sarney para que fosse distribuída pelo governo à população. O gabinete dentário, furtado por intermédio de um amigo e assessor de Jackson, Olinto Maia – candidato à vereador pelo PDT – foi recuperado pelo atual secretário de saúde, Francisco Giusti. Os remédios estão sendo usados agora, por Jackson e pelo mesmo Olinto Maia, como instrumento de campanha eleitoral.” (*Jornal Estado do Maranhão*, 10/11/1988)

Essa denúncia foi representada ainda da seguinte forma pela charge de Cabral também, com um apelo de demonstrar como teria sido o roubo no SUDS (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde), que é Federal, além de denotar que o candidato Jairzinho do PDS também participaria do processo, na frase: “Vamos, JAVALZINHO!” ,

querendo dizer “Vamos Jairzinho!”, mas essa atitude foi vista diferente no *Jornal Pequeno*, pois o caso foi mostrado da seguinte forma: “denúncias de Guterres”, mas de uma forma menos exarcebada que o periódico *Estado do Maranhão*.



Foto 6 – Charge de Cabral demonstrando o possível roubo de Jackson Lago.

Fonte: Estado do Maranhão, 10/11/1988

No dia 09 de novembro, o *Jornal Estado do Maranhão* apresenta o resultado de uma prévia feita pela *Ibope*, em que Carlos Guterres está “*virtualmente empatado*” com Jackson Lago, estando “apenas” 4 pontos percentuais atrás do candidato “Pedetista”. No mesmo dia o *Jornal Pequeno* apresenta o mesmo resultado da seguinte forma “*Jackson está na frente*”, o discurso dos dois jornais demonstram sua polarização entre os candidatos do PDT e do PFL. Mas já podemos perceber em algumas notícias após esse resultado que o *Jornal Estado do Maranhão* começava a demonstrar o desespero do candidato Carlos Guterres, mas principalmente a preocupação do Governador Epiácio Cafeteira, com o desenlaçar da campanha.

Há um maior envolvimento de Cafeteira na campanha, principalmente no rádio e na TV. Nos jornais Cafeteira procura demonstrar sua confiança, mas como disse, seus

sucessivos aparecimentos e suas entrevistas nos jornais demonstram sua preocupação, chegando à pedir o apoio da população de São Luís para apoiar seu candidato, e dizendo que “desconfia da honestidades do grupo de Jackson Lago”.



Foto 7 – Charge de Cabral de Jackson e Cafeteira. Demonstrando a preocupação de Cafeteira para com Jackson.

Fonte: *Jornal Estado do Maranhão*, 14/11/1988

No dia 13, os dois Jornais demonstram a vitória de seus candidatos preferidos. No *Jornal Pequeno* é clara a preferência por Jackson Lago, descrevendo uma vitória “arrebataadora”, enquanto que no *Estado do Maranhão* o discurso é de vitória de Guterres. Se referindo da seguinte forma: “Povo confirma a vitória de Guterres”.



Foto 8 – Fim Campanha de Carlos Guterres na praça Deodoro.
Fonte: Jornal *Estado do Maranhão*, 14/11/1988

Esse discurso de vitória dos dois lados é a procura por tentar inferir na sociedade o discurso de ser o “melhor” candidato, assim como também, o de que tem apoio irrestrito da população, sua força, sua capacidade de mudança, sua esperança.

É a tentativa de com isso influenciar o eleitorado ludovicense, mas isso é algo complexo e sempre instável, pois o eleitor pode a qualquer momento, romper com essas expectativas, não se reconhecendo com a construção discursiva e principalmente deslegitimando o projeto de influência.

A maioria dessas notícias, contudo, tem uma *intencionalidade*, como ficou claro, que “visa construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que esse repórter tem em mente numa determinada situação comunicativa.” (COSTA VAL apud SOUZA, 2007, p. 49)

Outra notícia veiculada pelo *Estado do Maranhão* a de um possível acordo entre o PDS e o PDT para a campanha eleitoral. Acordo este entre João Castelo e Jackson para derrotar Cafeteira. Os partidos fariam campanhas isoladas, em que o “pedetista” só atacaria Cafeteira e Jairzinho do PDS atacaria o governador e Carlos Guterres. Com isso Jackson não atacaria a administração de Gardênia, mulher do senador Castelo. É outra tentativa de

colocar o eleitor contra o “pedetista”, mas parece que mais uma vez, o discurso não foi “assimilado” pela população.

“Faltando apenas 24 horas para a escolha do novo prefeito de São Luís, a luta política na Capital evoluiu para um confronto entre os adversários de Cafeteira – Castelo, Gardênia, Jackson, Jairzinho e partidários do ex-governador Luiz Rocha – e o Governador eleito com 80% dos votos em novembro de 86. A coligação secreta entre os derrotados de 1986 – que têm como instrumento a candidatura de Jackson Lago – foi denunciada na TV pelo próprio Cafeteira, e confirmada pela evidência de que Jackson, Jairzinho e Edivaldo Holanda (ex-secretário de Luiz Rocha) concentraram seus ataques exclusivamente contra Guterres, o candidato de Cafeteira. A administração da Prefeita Gardênia Gonçalves, repudiada pela maioria do eleitorado, segundo o Ibope, foi poupada por Jackson durante toda a campanha, em troca da ajuda que Jairzinho e Castelo lhe deram: o candidato do PDS e o ex-Governador cumpriram principalmente o papel de confirmar e reforçar os ataques de Jackson, por motivos táticos (Cafeteira é aprovado pela grande maioria do eleitorado) se absteve de criticar, mesmo depois que Cafeteira classificou de **desonestos** os boatos plantados na imprensa por Jackson e seu grupo.” (Estado do Maranhão, 14/11/1988)

No dia 14 ainda Guterres chegou a afirmar que tinha certeza da vitória, chegando a dizer que “o povo não permitirá que os derrotados de 1986 se vinguem de Cafeteira”, além disso, “o povo ouviu o pronunciamento de Cafeteira e já sabe o que está ocorrendo, os derrotados de 86 uniram-se agora, tendo como instrumento a candidatura da ‘União da Ilha’, com o objetivo de realizarem uma vingança contra Cafeteira e contra o povo”. (Estado do Maranhão 14/11/1988)

As eleições de 15 de novembro se seguiram sem ganhador prévio. Carlos Guterres e Jackson Lago brigaram voto a voto pela prefeitura. O próprio Ibope demonstrou isso, pois Jackson novamente estava na frente com cerca de 40% das intenções de voto contra 39% de Guterres.

Até mesmo, o Presidente da República, José Sarney demonstrou claramente como em 1985, sua preferência pelo candidato do PFL, colocando Carlos Guterres como seu candidato preferido à comandar São Luís. O governador já parecendo resignado deu a entender que estava com esperanças num resultado favorável, mas não poderia deixar de admitir a vantagem do “Pedetista” Jackson Lago.

Eram os primeiros “presságios” de uma possível vitória do PDT para São Luís, o que colocaria os planos de Cafeteira para o Senado e de Sarney Filho para o Governo do Estado nas eleições 1989 em um nível de dificuldade ao qual talvez não houvesse solução e poderiam assim, perder suas eleições.

Ao longo dos dias o resultado parecia “imprevisível”, mas já estava claro que três candidatos estavam fora do pleito, Jairzinho, Edivaldo Holanda e José Heluy. Ficavam apenas os dois principais nomes Jackson ou Guterres. Um deles seria o novo prefeito de São Luís.

Entre os que já estavam fora do pleito, o candidato Jairzinho resolve falar sobre a campanha e chega a cogitar a possibilidade do acordo PDS-PDT, mas prefere reforçar a importância da vitória de Jackson para São Luís: “Jackson logo será o nosso Prefeito, o que demonstra que a ilha continua rebelde”. (*Estado do Maranhão*, 21/11/1988)

Os “lugares da memória”¹⁵, que formularam o imaginário da ‘*Ilha Rebelde*’ mais uma vez voltaram a ser usados, para demonstrar que, agora neste caso, seria Jackson Lago o “defensor” das liberdades. “Por inúmeros caminhos e através de um texto plural, o sistema de representações sociais elaboradas e difundidas conduz o pensamento em torno de uma idéia chave, que está no centro do jogo político e simbólico: a emergência da *Ilha Rebelde* enquanto pré-figuração e antecipação do renascimento da *Atenas Brasileira*. Estas são imagens alegóricas que orientam o olhar e a percepção sobre a luta política em curso, (in)formando a sensibilidade e a subjetividade dos atores sociais envolvidos. Os imaginários sociais tecidos pelo discurso oposicionista cumprem aqui a função de ‘organização e controle do tempo coletivo no plano simbólico’, intervindo não somente na constituição da memória coletiva e na canalização das energias para as lutas políticas imediatas, mas também na ‘produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro’”. (BACZKO apud PACHÊCO FILHO, 2001, p. 124 e 125)

Mas à medida que os resultados foram saindo Cafeteira que havia colocado todo o seu prestígio nas eleições se viu perdido, pois as diferenças de votos só aumentavam entre Jackson Lago e Carlos Guterres. Seus planos começavam a ruir, pois sua candidatura ao Senado foi toda exposta nesta campanha.

A charge do *Estado do Maranhão* do cartunista Cabral representa exatamente isso, pois demonstra o candidato “Pedetista” Jackson Lago literalmente “bebendo” nas urnas, ou seja, “vencedor” nas eleições municipais. Enquanto que o “poderoso” Governador Epiácio Cafeteira, se encontra “afogando” nas urnas, já que colocou todo o

¹⁵ Os “Lugares da memória” descritos neste trecho foram retirados da Dissertação de Mestrado do professor Alan Kardec Gomes Pachêco Filho, que se remete a descrever: A construção midiática do político José Sarney (1962 – 1970). Essa definição diz respeito às histórias do movimento oposicionista inseridas na sociedade ludovicense, para eliminar o “esquecimento” e desenvolver uma “consciência comemorativa”.

seu “prestígio” na tentativa de eleger Carlos Guterres. Sua derrota colocou sua futura pretensão ao Senado em risco em 1989. Já Jackson demonstrava seu fortalecimento no cenário político da Capital.



Foto 9 – charge de Cabral de Jackson e Cafeteira dias após a eleição.
Fonte: *Jornal Estado do Maranhão*, 22/11/1988

Quando o TRE termina as apurações e o resultado definitivo é apresentado, declara-se a vitória “Pedetista”. Jackson termina as eleições com 69.110 votos contra 59.878 de Guterres. A própria capa do *Estado do Maranhão* que antes só exaltava Guterres agora se vê apresentado a vitória de Lago, com a seguinte manchete: “Jackson é o novo prefeito de SL”

“A vitória do médico Jackson Lago, que até julho passado foi Secretário de Saúde do Governador Epitácio Cafeteira, configurou-se desde o início da contagem dos votos, quando em vantagem, pequena mas firme, sobre seu principal concorrente, o deputado Carlos Guterres, da Aliança Democrática. Em nenhum momento da apuração Guterres reverteu o quadro que lhe foi desfavorável desde o início, mesmo com a totalização dos votos das áreas onde se esperava fosse favorito.”
(*Estado do Maranhão*, 24/11/1988)

No *Jornal Pequeno* a vitória foi apresentada efusivamente, com grande enfoque para a “vontade do povo” na chegada de Jackson ao poder municipal. Mas foi no dia 25 de novembro que o *Estado do Maranhão* representa o fato das eleições e do conflito entre

Jackson e Cafeteira. Apontado Jackson Lago como uma “*velha coruja*” que pegou seu “alimento”, o Governador Epitácio Cafeteira.



Foto 10 – Charge de Cabral de Jackson e Cafeteira após o resultado final do TRE.
Fonte: Jornal *Estado do Maranhão*, 24/11/1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “abertura” do Regime gradativamente possibilitou com que os grupos de esquerda conseguissem se organizar politicamente em toda a ilha. Essa organização ainda no começo da década de 1980 fez surgir novos partidos além do MDB e do ARENA, como o PFL, PTB, PSDB, PT, PC do B, PSB, PMDB e PDT. Essas novas “Agremiações” vão, tanto no cenário nacional, estadual e municipal ser levados à polarização dos partidos e dos políticos. Alguns partirão para a ala da “direita”, outros se tornarão partidos de “centro” e um número menor para a “esquerda”, porém, todos contra o “Regime militar”. Pois somente com a total “abertura” é que os partidos poderiam lutar pelos “espaços de poder”.

Pois como defende o autor Alan Kardec Pacheco Filho, “desde 1965, quando o deputado federal José Sarney foi eleito governador nenhuma oposição, de natureza política ou pessoal chegou a exercer o Executivo Estadual”¹⁶, e completo dizendo que essa afirmação também vale para o município de São Luís. Principalmente se nós considerarmos que mesmo sendo eleições indiretas e que o único partido de oposição MDB não era tão “oposição” como se queria ou pensava.

A partir da fundação do Partido Democrático Trabalhista, PDT, e de outros partidos de esquerda como o PTB, PSB, PT, etc., começaram a almejar o principal “poder” dentro do município, já na primeira eleição municipal, ainda indireta, para os cargos de vereadores da cidade de São Luís, pois como foi visto, o cargo de Prefeito era escolhido de forma indireta. É claro, que também os partidos de direita se organizaram para o pleito.

Na primeira eleição de 1985, já ocorrida de forma direta, vencida pela candidata Gardênia Gonçalves, então esposa de João Castelo. O Partido Democrático Trabalhista (PDT), com seu candidato próprio, o senhor Jackson Kepler Lago acabou perdendo a eleição, mas se fortaleceu para as eleições de 1988 em que saiu vencedor.

Pois pôde a partir daí, expandir o partido para todo o Estado, aumentar sua militância, e principalmente melhorar a infra-estrutura partidária. Mas claramente podemos perceber que foi o grupo que sempre esteve ligado ao diretório nacional, e que fundou o diretório regional que se consolidou nas discussões políticas intra-partidárias. Grupo este ligado às suas personalidades mais fortes, como Jackson Kepler Lago, Neiva Moreira,

¹⁶ Este trecho foi retirado das considerações finais da obra de Dissertação de Mestrado do Professor Alan Kardec Pacheco Filho apresentado ao Curso de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

Reginaldo Telles, Josemar Pinheiro, entre outros. Além disso, o acordo feito entre Jackson e Cafeteira possibilitou com que alguns projetos fossem colocados em prática pelo partido. Estes então consolidaram no cenário ludovicense, já chamada de “Ilha Rebelde” desde a década de 60, o espírito de povo “aguerrido”, que deve lutar sempre contra qualquer forma de “usurpações”, “desmandos” e todas as formas que pudessem colocar sua sociedade (pelo menos em sua grande parte), em situações de dificuldades, que não pudesse decidir por si mesma. Se colocando então como a melhor solução partidária de esquerda em São Luís, e como o único que detinha os meios de manter os ideais de “Ilha Rebelde” e também de lutar em prol da sociedade contra aqueles que ousassem se colocar contra esse ideal.

Outro ponto, para a consolidação do “poder Pedetista” em São Luís, foi que assim como os vários partidos de esquerda da capital, eles começaram a “trabalhar” a idéia de que no Governo Estadual já estava instalada uma “Oligarquia” que perdurava desde 1965. Comandada pelo político José Sarney e com ampla “proteção” do Regime militar e este mesmo grupo almejava também se “perpetuar” em desmandos na capital maranhense. Foi assim, que o mesmo papel de “Salvador” que foi usado pelas “Oposições coligadas” da década de 60 à Sarney, acabou passando pela figura de Jackson Lago, que era considerado por alguns jornalistas, “um grande idealista” que poderia transformar a capital maranhense e levá-la ao progresso.

As medidas adotadas foram primeiramente colocar-se contra o Regime, pois este além de tomar atitudes antidemocráticas, de ficar no “poder” por um longo tempo, deixar a economia em colapso, alimentar a insegurança, o terror, na sociedade, já não atendia nem mesmo aos interesses dos vários grupos ligados às elites brasileiras, era então o “anti-herói” a ser eliminado.

Porém, todos os partidos pensaram da mesma forma, até mesmo o PDS, que era um dos mais ligados ao Regime Militar, é claro, que de forma muito mais “velada” do que os partidos de esquerda. Outro problema que fez com que os partidos de esquerda não atacassem direta e pesadamente o “Regime” era o perigo de uma reviravolta que poderiam novamente atingir os “esquerdistas”, levando-os aos desaparecimentos, assassinatos, torturas entre outras agressões aos direitos humanos que eram praticados durante todo o “Regime”.

Assim, foi que a Candidata Gardênia Gonçalves do PDS apoiada pelo então Governador João Castelo conseguiu vencer as eleições de 1985. Fato este que seria difícil acontecer durante os próximos pleitos ao Governo do Estado em 86 e da Capital em 88.

Isso fica claro, pelos discursos “representativos” empregados por dois dos principais jornais da época, que descrevem o medo, o terror por que passavam os políticos e seus militantes em 1985. Ações como tiroteios, agressões, ações policiais criminosas que ocorriam em São Luís e que deixavam a todos assustados. Sendo uma eleição violenta por todas as partes.

Após este evento as coisas não se acalmaram. As greves de funcionários públicos, dos rodoviários, as ações dos estudantes que reivindicavam menores tarifas de ônibus, melhorias nos setores de infra-estrutura da cidade, etc., foi um período conturbado do mandato de Gardênia, muito dessas conturbações influenciadas pelos partidos oposicionistas, pelo Governo do Estado e conseqüentemente pelos jornais que defendiam “interesses” de um grupo ou de outro.

Destes eventos o PDT consegue sair muito fortalecido, pois consegue com a eleição de Epitácio Cafeteira participar de seu governo, assim como vários outros partidos, porém se colocando (pelo menos no seu discurso) sempre ao lado das populações menos favorecidas. Colocando-se como seus protetores e aqueles que atenderiam a todos os seus anseios.

Foi então assim que o Secretário de Saúde, Jackson Lago consegue atingir esse objetivo através dos cargos que ocupou no governo estadual. Suas atitudes enquanto secretário serviu para se aproximar das camadas mais populares. Além disso, seu discurso de oposição contra o PDS e Gardênia como representações do antigo Regime militar serviu para “fervilhar” o espírito de “Ilha Rebelde” de muito ludovicenses, que passaram a se colocar contra Gardênia.

Porém, os próprios “pedetistas” não esperavam os “ataques” de Cafeteira e de todos os outros partidos de oposição à Gardênia, como PFL, PMDB etc. “Ataque” este que se utilizava de agressões, denúncias de corrupções (fundamentadas ou não) referentes à Jackson Lago, além de notícias que “denegriram” a imagem do candidato. Mas a base política do partido já estava fundamentada e consolidada, com apoio das classes sindicais, de elementos da classe estudantil e de vários outros segmentos da sociedade ludovicense.

Assim foi que o PDT conseguiu chegar ao “poder” da capital através de sua principal liderança política Jackson Lago, sua política que privilegiava os transportes, a educação e principalmente a saúde municipal, além de também inserir as chamadas audiências participativas nas comunidades buscando solucionar os problemas dos bairros. Foi como consolidaram um domínio “Pedetista” por 20 anos em São Luis, sempre com as

principais decisões passando pelo “líder” máximo do Partido sem, no entanto deixar de escutar as bases partidárias e os outros líderes que estavam surgindo no PDT.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ARISTÓTELES. **Política – texto integral**. Tradução Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Editora Martin Claret; 2006.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e Céu de Nostalgia: Tradição e identidade em São Luis do Maranhão**. Assis: UNESP, 2000. (Dissertação).
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. “**As eleições de 1974 no Maranhão**”. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG, nº. 43, pág. 37-68, 1976.
- CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Representações: Contribuições a um debate transdisciplinar**. São Paulo: Papyrus, 2000. (Coleção: Textos do Tempo: Capítulo 2: História e Representação/Francisco J. Calazans Falcon).
- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o Signo da Morte: O poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luis: EDUFMA, 2006.
- _____. **Oligarquias**. São Luis: EDUFMA, 2007.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Vol. 2. São Paulo: Editora Globo, 1999.
- PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. **A Construção Midiática do Político José Sarney: 1962 -1970**. Recife: 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- _____. **A Arqueologia do Saber**. 1ª Ed. São Paulo: Almedina, 2005.
- _____. **As palavras e as coisas**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Edições 70, 2002.
- _____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**. 16ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértices, 1990.
- LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- MACHADO, Jorge Luiz Feitoza. **O que se passou em São Luis? Representações sobre a greve da meia passagem em 1979**. São Luis. Monografia História/UEMA, 2009.
- MATIAS, Moisés. **A revolta da Meia Passagem: A história da greve estudantil em 1979**. São Luis: Estação Produções, Setembro de 2004.
- MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985 – 1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PADRÓS, Enrique Serra. **A Ditadura cívico-militar no Uruguai, terror de Estado e segurança nacional.** In. WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (org.). **Ditaduras militares na América Latina.** Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 45-77.

REMON, René. **Por uma História Política.** Tradução Dora Rocha. 2º Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Paulo Rios. **“Greve de 1951: mito ou verdade?”.** São Luis: UFMA, 1997. Monografia (Graduação em História) – UFMA

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.

SOUZA, Leandro Almir Diniz. **Charge Jornalística: Um passeio pelas estratégias discursivas e pela construção do contrato de comunicação e do sujeito – destinatário nas charges de Angeli na Folha de São Paulo.** Belo Horizonte: Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação social, habilitação jornalismo, do Departamento de Ciências da Comunicação – DCC, do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI/BH, sob orientação da professora Ana Rosa Vidigal Dolabella, 2007.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas vocações.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

PERIÓDICOS E OUTRAS FONTES CONSULTADAS:

Jornal Pequeno – período correspondente aos anos de 1985 (Maio à Novembro) e 1988 (Março à Novembro).

Jornal O Estado do Maranhão - período correspondente aos anos de 1985 (Maio à Novembro) e 1988 (Março à Novembro).

Documentos referentes ao Partido:

Carta de Lisboa, de 17 de Junho de 1979.

Carta de Mendes, de 23 de Janeiro de 1983.

Manifesto do Partido.

Programa do Partido.

Estatuto do Partido.

Artigo “Brizola vive!”, de 21 de Julho de 2005.

Atas de convenção do Diretório Municipal.

ENTREVISTA

(1)

Julião Amin, Vice na chapa de Jackson Lago em 1985.
Deputado Federal pelo PDT e Presidente do Diretório Regional.

ANEXOS

Carta de Lisboa

17 de junho de 1979

Reconhecendo que é urgente a tarefa de libertação do nosso povo, nós, brasileiros que optamos por uma solução trabalhista, nos encontramos em Lisboa. E se o fizemos fora do País, é porque o exílio arbitrário e desumano impediu este Encontro no lugar mais adequado: a Pátria brasileira. A tarefa de organizar com nosso povo um Partido verdadeiramente nacional, popular e democrático é cada vez mais premente. Não desconhecemos as permanentes tentativas das forças autoritárias de esmagar os movimentos dos trabalhadores. Mas o repositório de coragem e dignidade dos trabalhadores faz com que eles não se dobrem nem se iludam. E com eles estamos nós, Trabalhistas.

Não podemos deixar de salientar, também, que aqueles que defendem uma posição de paciência face ao regime, na luta contra a opressão, não são os que se encontram em condições de sofrimento e perseguição, mas ao contrário, navegam nas águas da abundância e dos privilégios. Invoca-se, por outro lado, que a restauração da vida democrática e o ressurgimento de partidos autênticos dependem do sistema e de suas fórmulas jurídicas e legais. Consideramos, todavia, um ato de incompetência política e de deslealdade para com o nosso povo, aguardar as providências dos juristas do regime, de cujas fórmulas, somente por ingenuidade ou má fé, pode se esperar algo de diferente da vontade de institucionalizar a espoliação de nossa gente e a manutenção de uma estrutura política e econômica inaceitável para o povo brasileiro.

Fato novo mais importante da conjuntura brasileira não é nem a crise do regime, nem o fracasso de todos os seus projetos e promessas.

O novo, importante e fundamental, é a emergência do povo trabalhador na vida política do País. Não de um povo amedrontado depois de 15 anos de opressão, mas de um povo que se organiza sob as mais variadas formas - nos sindicatos, nas associações, em comunidades, em movimentos e organizações profissionais - com o mesmo objetivo: o de lutar por seus direitos, pela democracia. Como parte desta emergência se deve destacar as conquistas do movimento estudantil, e a luta agora vitoriosa pela reorganização da UNE.

A experiência histórica nos ensina, de um lado, que nenhum partido pode chegar e se manter no governo sem contar com o povo organizado e, de outro lado, que as organizações populares não podem realizar suas aspirações sem partidos que as transformem em realidade através do poder do Estado. A falta de apoio popular organizado pode levar a situações dramáticas como aquela que conduziu o Presidente Getúlio Vargas a dar um tiro em seu próprio peito.

Partidos e povo organizados constituem, por conseguinte, as duas condições fundamentais para a construção de uma sociedade democrática.

Analisando a conjuntura brasileira, concluímos pela necessidade de assumirmos a responsabilidade que exige o momento histórico e de convocarmos as forças comprometidas com os interesses dos oprimidos, dos marginalizados, de todos os trabalhadores brasileiros, para que nos somemos na tarefa da construção de um Partido Popular, Nacional e Democrático, o nosso PTB. Tarefa que não se improvisa, que não se impõe por decisão de minorias, mas que nasce do encontro do povo organizado com a iniciativa dos líderes identificados com a causa popular.

Nós, Trabalhistas, assumimos a responsabilidade desta convocatória, porque acreditamos que só através de um amplo debate, com a participação de todos, poderemos encontrar nosso caminho para a construção no Brasil de uma sociedade socialista, fraterna e solidária, em Democracia e em Liberdade.

Nós, Trabalhistas, queremos representar para o povo brasileiro o espírito da tolerância e da fraternidade. Nós, Trabalhistas, participamos ao lado do nosso povo em todas as suas lutas, e porque o nosso projeto é profundamente democrático, procuraremos alianças com as outras forças também democráticas e progressistas do nosso País. Nós, Trabalhistas, militaremos ativamente em todas as frentes e, porque o nosso projeto é pluralista, não pretendemos absorver ou manipular os sindicatos ou as organizações populares das mais diversas origens.

Entendemos a necessidade de um intenso debate para o desenvolvimento constante da Democracia e nós, Trabalhistas, estaremos sempre empenhados em discutir com todas as forças populares e democráticas do nosso País. É por isso que favorecemos o surgimento de outras organizações, que auspiciamos o aparecimento de outros partidos e que, nas nossas lutas, respeitaremos os seus princípios.

A consecução destes objetivos exige, como requisito prévio e fundamental no campo do pensamento e da cultura, a conquista da plena liberdade de criação intelectual, de expressão e de imprensa. Neste sentido, torna-se imprescindível a revogação de todas as formas de censura.

O grande desafio com que nós, Trabalhistas, nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual fomos proscritos.

Com efeito, apesar de termos tido numerosas deficiências, não foi por ela que caímos. Fomos derrubados, isto sim, em virtude das bandeiras que levantamos. A velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo, não nos podendo vencer pelo voto nos excluíram pelo golpe.

A verdade que afinal se fez evidente (depois copiosamente comprovada) é que o governo do Presidente João Goulart foi derrubado por uma ação conjugada. Os latifundiários temiam a lei da Reforma Agrária que, com a nossa presença no Congresso Nacional, seria inevitável. Por sua vez, o governo norte-americano de então planejou e coordenou o golpe para evitar a aplicação da lei de Remessa de Lucros que poria termo à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais.

O desafio com que nos defrontamos é, por conseguinte, o de retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro. Especialmente uma reforma agrária que dê a terra a quem nela trabalha, em milhões de glebas de vinte a cem hectares, em lugar de entregá-las em províncias de meio, de um e até de mais de dois milhões de hectares na forma de super-latifundiários, subsidiados com recursos públicos. E temos também de levantar a bandeira da luta pela regulamentação do capital estrangeiro, para pôr fim à apropriação das riquezas nacionais e ao domínio das próprias empresas brasileiras pelas organizações internacionais.

O regime militar que sucedeu ao governo constitucional, sendo regressivo no plano histórico, se fez repressivo no plano político e, em consequência, totalmente infecundo e despótico. Apesar de contar com todo o poderio do arbítrio, legislando a nível constitucional da forma mais discriminatória, só fez acumular mais riqueza nas mãos dos mais ricos e mais regalias no colo dos mais privilegiados. O bolo que tão reiteradamente prometeram repartir quando crescesse, agora o sabemos, é o de uma dívida externa gigantesca que montava a 3 bilhões de dólares em 1964 e hoje supera os 50 bilhões.

Nessas circunstâncias, o nosso primeiro compromisso é o de reconduzir o Brasil a uma institucionalidade democrática em que todo o poder emane do povo e seja por ele periodicamente controlado através de eleições livres e diretas, nas quais todos os brasileiros de maior idade sejam eleitores e elegíveis. O Brasil democrático pelo qual lutamos será uma República realmente federativa, com progressiva descentralização do poder, onde o voto terá que ser proporcional, para que - havendo a mais ampla representação das diversas forças políticas - não seja escamoteada a vontade popular. A República a que aspiramos há de estar defendida contra todo intento de golpismo e contra toda e qualquer manifestação de despotismo e repressão, para assegurar permanentemente ao povo brasileiro o direito elementar de viver sem medo e sem fome.

Nosso segundo compromisso é o de levantar as bandeiras do Trabalhismo para reimplantar a liberdade sindical e o direito de greve, como os instrumentos fundamentais de luta de todos os que dependem do salário para viver. É dever também dos Trabalhistas lutar contra a brutal concentração da renda que responde inclusive pelo achatamento dos salários, fixados em índices falsificados e sempre inferiores ao aumento das taxas reais do custo de vida.

Será também preocupação primordial dos Trabalhistas a elaboração de uma nova legislação do trabalho que recupere as conquistas subtraídas pela ditadura e que permita a ampliação constante dos direitos dos trabalhadores. Nosso terceiro compromisso é de reverter as diretrizes da política econômica, com o objetivo de afirmar, em lugar do primado do lucro, a prioridade de dar satisfação às necessidades vitais do povo, especialmente as de alimentação, saúde, moradia, vestuário e educação. O resultado da orientação economicista até agora vigente é este contraste espantoso entre a super prosperidade das empresas - especialmente as estrangeiras - e o empobrecimento do povo brasileiro. Nos últimos anos, trabalhadores do campo se viram convertidos majoritariamente em bóias-frias que perambulam sem trabalho permanente, e trabalhadores nas cidades se viram transformados em massas marginalizadas que se concentram na porta das fábricas. Estas imensas multidões vivem em condições tão extremas de carência elementar que já têm sua sobrevivência biológica e sua saúde mental afetadas.

Por tudo isso é que devemos definir prontamente as forças de ação política e os procedimentos legais mais adequados para mobilizar o nosso povo para uma campanha de salvação nacional. Através dela, nós, Trabalhistas, buscaremos dar solução, dentro do prazo o mais breve possível, ao problema máximo de nossa Pátria, que é a marginalidade. Com efeito, um dos aspectos mais desumanos da política econômica da ditadura é a conversão da força de trabalho nacional num exército de excedentes. Nem a singela aspiração de um emprego permanente em que se ganha um salário-mínimo para a sobrevivência, o sistema pode assegurar. O drama social pungente dessas massas marginalizadas, que humilha e envergonha a Nação Brasileira, afeta, especialmente a quatro categorias de pessoas cujos problemas estão a exigir a atenção prioritária dos trabalhadores.

Primeiro, o de salvar os milhões de crianças abandonadas e famintas, que estão sendo condenadas à delinqüência; bem como o meio milhão de jovens que, anualmente, alcançam os dezoito anos de idade analfabetos e descrentes de sua Pátria.

Segundo, o de buscar as formas mais eficaz de fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira. Terceiro, o de dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos

de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e que, além de ser vítima da exploração representada pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda sorte de vexames sempre que procura fazer valer seus direitos.

Quarto, o de fazer com que todos os brasileiros assumamos a causa do povo trabalhador do norte e do nordeste, tanto por uma economia local obsoleta, como por um colonialismo interno exercido de forma escorchante pelas unidades mais ricas da federação e pelo próprio Governo Federal, que propicia sua exploração entregando às grandes empresas, na forma de subsídios para aumentar seus lucros, os recursos que deviam ser destinados àquelas populações extremamente carentes.

No plano da ação política, duas tarefas se impõem com a maior urgência a todos os Trabalhistas.

Em primeiro lugar, a luta por uma Anistia ampla, geral e irrestrita de todos os patriotas brasileiros perseguidos por sua resistência à ditadura. Este é o requisito indispensável à reunificação da comunidade nacional para a retomada do esforço conjunto para fazer do Brasil uma Pátria solidária de cidadãos livres, emancipados do medo, da ignorância e da penúria.

Em segundo lugar, a luta pelo retorno à normalidade democrática que só se efetivará no Brasil quando após a reimplantação da liberdade de organização partidária o nosso povo eleger a Assembléia Nacional Constituinte. Reconhecemos as dificuldades para que nosso povo tenha uma participação efetiva. E por participação efetiva entendemos crítica via e permanente e não atuação eleitoral episódica ou simplesmente a adesão a propostas impostas verticalmente.

A proposta do novo Partido Trabalhista a ser discutida pelo nosso povo e formulada em território brasileiro, despida de soluções importadas, tem que levar em conta a necessidade de criar um partido que expresse os anseios e seja dirigido pelas classes populares. A nova proposta começa com a repulsa àqueles que vêm no ressurgimento do PTB uma sigla de fácil curso eleitoral. A nossa proposta tem um sentido claro de opção pelos oprimidos e marginalizados.

Neste particular e dentro de um horizonte que não é absolutamente cristão, mas marcado por um capitalismo impiedoso, impõe-se a nossa defesa constante dos pobres contra os ricos, ao lado dos oprimidos contra os poderosos.

Na luta a favor da justiça contra a opressão se insere a questão da atual ideologia de segurança nacional, que tem servido para justificar as violações dos direitos humanos. Tal doutrina gerou no País a mais completa insegurança para os cidadãos comuns, ensejando a expansão da brutalidade, da denúncia e da tortura, tanto contra os presos políticos, como contra as lideranças sindicais e sobretudo, com incidência cruel sobre as camadas mais pobres da população.

Porque damos importância central ao nosso povo como sujeito e criador do seu próprio futuro, sublinhamos o caráter coletivo, comunitário e não individualista da visão Trabalhista.

A partir deste momento devemos concentrar todos os nossos esforços na preparação e organização do Congresso Nacional da organização do novo PTB, a realizar-se no Rio de Janeiro, no dia 19 de abril de 1980. No Congresso, recolheremos, através de nossas bases, as grandes aspirações e definições da vontade popular. Com o Congresso, continuaremos firmemente, sob a inspiração da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas, a caminhada junto ao povo que nos levará à emancipação da Pátria.

Lisboa, 17 de junho de 1979

Assinam:

1. A M. Doutel de Andrade
2. Ajadil de Lemos
3. Alberto Martins da Silva
4. Alex Souza
5. Alfredo Hélio Sirkis
6. Almir Dutton Ferreira
7. Álvaro Petraco da Cunha
8. Anatailde de Paula Crespo
9. Anselmo Francisco Amaral
10. Antônia Gonçalves da Silva Oliveira
11. Antônio Alves de Moraes
12. Antônio Sérgio Monteiro
13. Artur José Poerner
14. Augusto Calmon Nogueira da Gama
15. Benedito Cerqueira
16. Calino Pacaheco
17. Carlos Augusto de Souza
18. Carlos Cunha Contursi
19. Carlos Fayal
20. Carlos Franco
21. Carlos Minc Baumfeld
22. César Behs
23. Chizuo Osava
24. Cibilib da Rocha Viana
25. Cícero Silveira Vianna
26. Cláudio Augusto de Alencar Cunha
27. Clóvis Brigagão
28. Danilo Groff
29. Darcy Ribeiro
30. Derli M. Carvalho
31. Diana Valadares
32. Domingos Fernandes
33. Edmauro Gopfert
34. Eduardo de Azevedo Costa
35. Erasmo Chiapeta
36. Eric Nepobuceno
37. Eunice de Souza
38. Eva Ban
39. Fernando Perrone
40. Flávio Tavares
41. Francisca Brizola Rotta
42. Francisco Barreira
43. Francisco Dal Pra
44. Francisco Goulart Lopes de Almeida
45. Francisco Julião
46. Genival Tourinho
47. Georges Michel Sobrinho
48. Geraldo Lopes Burmeister
49. Getúlio Pereira Dias
50. Gil Cunegato Marques
51. Haroldo Sanford Barros
52. Hélio Ricardo Carneiro da Fontoura
53. Herbert de Souza

54. Hildérico Pereira de Oliveira
55. Índio Vargas
56. Irany Campos
57. Irineu Garcia
58. Isaac Ajnhorn
59. J. G. de Araújo Jorge
60. Jackson Kepler Lago
61. João Otávio Goulart Brizola
62. João Vicente Goulart
63. Jorge Roberto da Silveira
64. José Carlos Mrndes
65. José Gomes Talarico
66. José Guimarães Neiva Moreira
67. José Macedo de Alencar
68. José Maria Rabelo
69. José Maurício
70. José Wanderley
71. Josino de Quadros Assis
72. Landa Maria Lopes de Almeida Ajnhorn
73. Leonel Brizola
74. Lúcio Rigo Marques
75. Luiz Alberto Moniz Bandeira
76. Luiz Carlos Soares Severo
77. Lygia de Azeredo Costa
78. Lysâneas Dias Maciel
79. Magnus Francisco Antunes Guimarães
80. Manoel Sarmento Barata
81. Marcelo Carvalho
82. Márcio W. de Almeida
83. Marco Antônio de Andrade Leão
84. Maria do Carmo Brito
85. Maria Margarida Parente Galamba de Oliveira
86. Maria Zélia Brizeno Costa Lima
87. Martha Maria Maurício Vianna
88. Matheus Schmidt
89. Maurício Vieira de Paiva
90. Maurílio Ferreira Lima
91. Miguel Bodea
92. Mila Cauduro
93. Moema São Thiago
94. Murilo Rocha Mendes
95. Neusa Goulart Brizola
96. Nelson Castam
97. Ney Ortiz Borges
98. Nielsen de Paula Purês
99. Nielsen Pires
100. Norma Marzola
101. Olga Martins
102. Orcinio Freire Pereira
103. Orlando Maretti
104. Osvaldo Lima Filho
105. Oswaldo Pimentel
106. Otávio Caruso da Rocha
107. Paulo César Timm
108. Paulo Medeiros
109. Pedro Celso Ulhoa Cavalcanti Neto
110. Pedro Dietrich Júnior
111. Pedro Veronese
112. Raimundo Arroio

113. Ronaldo Dutra Machado
114. Saulo Saija
115. Sebastião Nery
116. Sereno Chaise
117. Tania Lyra
118. Tertuliano de Passos
119. Theotônio dos Santos
120. Trajano Ribeiro
121. Tuffik Mattar
122. Vânia Bambirra
123. Vera Mathias
124. Wilson Vargas da Silveira
125. Yara Castan
126. Zoé Rodrigues Dias

Carta de Mendes (RJ)

23 de janeiro de 1983

O Diretório Nacional do PDT esteve reunido, durante dois dias consecutivos, na cidade de Mendes, Rio de Janeiro, para ampla discussão e tomada de decisões sobre os rumos a serem assumidos pelo Partido e sobre suas responsabilidades neste momento da vida brasileira. Como ponto preliminar, estabeleceu-se um conjunto de medidas visando ao fortalecimento e a ampliação das estruturas partidárias em todo o País, procedendo-se, com vistas a essa finalidade, a um levantamento detalhado da situação partidária e social dos principais municípios de todos os Estados.

A parte fundamental do debate constitui-se no debate sobre a identidade e os compromissos do Partido neste grave período histórico que atravessamos.

A Nação está mergulhada numa crise sem precedentes. O nosso povo, perplexo e sofrido, vem reclamando definições quando se tornam transcendentais decisões sem a sua audiência e que o afetam até mesmo no seu elementar direito à vida. Estamos persuadidos de que somente através da democracia e do socialismo em liberdade será possível encontrar saídas para o atual contexto de dependência, de injustiças e de sofrimentos para o nosso povo.

Por isso mesmo, o PDT assume, com inabalável e definitiva convicção e firmeza, pelo seu programa, sua prática e objetivos, a causa do socialismo democrático no Brasil. O PDT é um Partido Socialista. O nosso Socialismo há de ser construído através do voto livre, numa sociedade pluralista e civil, sem discriminar ou excluir quem quer que seja.

O nosso socialismo está indissoluvelmente ligado ao conceito de liberdade. Socialismo e liberdade, para nós, são inafastáveis como dois trilhos de uma estrada de ferro, expressando um Estado de Direito democrático e de profundo conteúdo social. Os nossos métodos e caminhos são pacíficos e democráticos. O PDT não luta pela tomada do poder. O seu propósito é ascender ao poder, inundando este país de consciências esclarecidas. Desses compromissos com a Nação, que alimentamos sem ódios ou revanchismos, ninguém, nem razão alguma nos afastará.

Afirmamos que, enquanto não se colocar um basta à dominação do capitalismo internacional, não haverá condições de edificar, no interior de nossas fronteiras, uma sociedade democrática, dentro dos padrões mínimos de justiça e de liberdade. Nós, trabalhistas, somos a oposição sem cumplicidade a tudo o que tem sido imposto ao povo brasileiro nestes quase 20 anos de autoritarismo, particularmente a uma política econômica que vem comprometendo a soberania do País e sacrificando ao desespero o povo trabalhador.

Quando à mudança na nossa sigla, como forma inclusive de expressar mais diretamente a índole socialista do Partido, não constitui prioridade imediata e exige um processo de amadurecimento.

No que diz respeito às iniciativas de fusão e de integração com outras agremiações e correntes afins, reafirma o PDT a intenção de levá-las à plena efetivação. Dependesse o assunto exclusivamente de nós, já essa unidade estaria consolidada. Mas em verdade, implica em decisões fora do nosso alcance, como por exemplo,

as dificuldades da legislação eleitoral e a própria vontade dos demais partidos e seus dirigentes.
O que importa, porém, é que serão crescentemente intensificados os esforços do PDT no sentido da unificação do movimento social brasileiro, que não está longe de realizar-se, como fundamento basilar para a construção da Democracia no Brasil.

Mendes (RJ), 23 de janeiro de 1983